

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ULYSSES SHIGUEMI MATSUNAGA

CICLO DA ERVA-MATE E OS IMPACTOS DO PROGRESSO TÉCNICO NA SUA
PRODUÇÃO: 1820 - 1929

CURITIBA

2022

ULYSSES SHIGUEMI MATSUNAGA

CICLO DA ERVA-MATE E OS IMPACTOS DO PROGRESSO TÉCNICO NA SUA
PRODUÇÃO: 1820 – 1929

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção
do título de obtenção de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Claudio Krajevski

CURITIBA

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

ULYSSES SHIGUEMI MATSUNAGA

CICLO DA ERVA-MATE E OS IMPACTOS DO PROGRESSO TÉCNICO NA SUA PRODUÇÃO: 1820 - 1929

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná como requisito à obtenção do título de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, pela seguinte banca examinadora:

Prof. **Doutor Luis Claudio Krajevski**
Orientadora - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.

Prof. **Doutor Demian Castro**
Orientadora - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.

Prof. **Doutor Ricardo Lobato Torres**
Orientadora - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.

Curitiba, 03 de maio de 2022

“É preciso um conhecimento considerável apenas
para perceber a extensão da sua própria ignorância”

Thomas Sowell

RESUMO

O presente trabalho se propõe analisar como a atividade econômica da erva-mate se desenvolveu no Paraná durante pouco mais de 100 anos, entre as primeiras metades do século XIX e XX. Nesse ciclo houve avanços técnicos inseridos no processo produtivo que potencializaram esse mercado. Além disso, contextualizá-la ao longo das atividades que a antecederam na região que viria a se tornar o estado paranaense. Ademais, utiliza-se um referencial teórico que auxiliará no entendimento acerca de crescimento, desenvolvimento e ciclos econômicos, bem como alguns apontamentos históricos do Paraná.

Palavras-Chave: Erva-mate. Progresso técnico. Economia paranaense. Ciclos econômicos. Crescimento econômico. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The present work proposes to analyze how the economic activity of yerba mate developed in Paraná for a little over 100 years, between the first half of the 19th and 20th centuries. In this cycle there were technical advances inserted in the production process that boosted this market. In addition, contextualize it throughout the activities that preceded it in the region that would become the state of Paraná. Therefore, a methodology is used that brings aspects of economic thought about growth, development and economic cycles, as well as some historical notes of Paraná.

Keyword: Yerba mate. Technical progress. Paraná economy. Business cycle. Economic growth. Development economic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROGRESSO TÉCNICO	10
2.2	CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E MEADOS DO XX	15
2.2.1	Ciclo do pau-brasil.....	17
2.2.2	Ciclo do açúcar	18
2.2.3	Ciclo do ouro	21
2.2.4	Ciclo do café	23
3	RESGATE HISTÓRICO DA ECONOMIA PARANAENSE	26
3.1	A PROCURA DE NATIVOS E METAIS PRECIOSOS NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE ..	26
3.2	O COMÉRCIO DE ANIMAIS.....	28
3.3	CICLO DA MADEIRA	31
4	ERVA-MATE	35
4.1	DESCOBRIMENTO DA ERVA-MATE PELAS NAÇÕES IBÉRICAS.....	36
4.2	PRIMEIRO CICLO: 1820 – 1875	40
4.3	SEGUNDO CICLO: 1875 – 1929	47
5	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS.....	59
	ANEXO 1 - VALOR MÉDIO POR TONELADA E QUANTIDADE EXPORTADA DE ERVA-MATE PELO BRASIL ENTRE 1849 E 1929 (BASE: 1903 a 1912 = 100)	66
	ANEXO 2 - QUANTIDADE DE ERVA-MATE PRODUZIDA E IMPORTADA PELA ARGENTINA ENTRE 1910 E 1939 (EM TONELADAS), POR TIPO CANCHEADA E BENEFICIADA	68

1 INTRODUÇÃO

A erva-mate é uma planta natural da América do Sul, presente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sendo que 80% desse total encontra-se em solo brasileiro (CARVALHO, 2003). No caso do Brasil, o cultivo se concentra nos estados do sul, e em menores proporções no Mato Grosso do Sul e São Paulo (DANIEL, 2009). Dentro da formação econômica paranaense, este produto apresentou protagonismo entre as primeiras metades do século XIX e XX.

As características do mercado consumidor de erva-mate se diferenciavam de outros produtos que o Brasil exportava, pois, suas exportações estavam concentradas nos países da América do Sul, sendo os principais a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai (LINHARES, 1969). Os engenhos beneficiadores, *a priori*, se concentraram no litoral paranaense e num segundo momento em Curitiba e outras cidades mais ao interior do estado (CARNEIRO, 1962). Um dos principais motivos que impulsionaram a produção de erva-mate paranaense foi a aplicação de inovações técnicas trazidas por empresários hispano-americanos, a partir de 1820 (VANALI, 2013). Muitos deles tiveram contato com o processo de produção utilizado no Paraguai – principal produtor deste produto antes do Paraná.

O objetivo desse trabalho consiste em analisar como essa atividade econômica surgiu no Paraná, e demonstrar em qual contexto o progresso técnico foi inserido e potencializou o desenvolvimento desse mercado. Para isso entende-se como necessário discutir os elementos teóricos acerca de desenvolvimento, progresso técnico e ciclos econômicos, bem como, contextualizar historicamente as atividades que antecederam o ciclo da erva-mate no Paraná.

Para esse fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em trabalhos de teóricos econômicos que discorrem sobre ciclos econômicos e progresso técnico como uma variável para o crescimento e desenvolvimento econômico. Ainda neste levantamento, buscou-se estudos acerca das formações econômicas do Brasil e Paraná, a fim de ter um maior entendimento do contexto histórico do ciclo da erva-mate. Com este material procurou-se observar a evolução tecnológica do setor ervateiro durante o período de análise e identificar os seus impactos no desenvolvimento da economia paranaense.

A construção dessa monografia está dividida em quatro seções, além da presente introdução. A seção seguinte traz primeiramente uma revisão teórica com

conceitos econômicos acerca de crescimento, desenvolvimento e ciclos, num segundo momento uma contextualização da história econômica do Brasil entre os séculos XVI e XX, proporcionando um ferramental de análise. Em seguida será feita uma recapitulação histórica sobre os ciclos econômicos que antecederam o ciclo da erva-mate no Paraná. Na sequência concentra-se na apresentação de mostrar as origens deste produto, como esse mercado se desenvolveu no Paraná e quais foram os progressos técnicos observados e seus impactos na cadeia produtiva. Por último, nas considerações finais serão mostrados os principais achados deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho está dividido em duas partes, a primeira traz aspectos sobre crescimento, desenvolvimento e ciclos econômicos. A segunda apresenta uma contextualização histórica, com os principais ciclos econômicos do Brasil, desde o seu descobrimento até meados do século XIX.

2.1 CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROGRESSO TÉCNICO

Na definição mais básica acerca de crescimento econômico, Vasconcellos (2011) define o aumento da renda per capita como o principal indicador de mensuração. O mesmo autor aponta que “[...] o fato de o país estar aumentando sua renda real per capita não necessariamente significa que está tendo uma melhoria do seu padrão de vida” (VASCONCELLOS, 2011, p. 190), ou seja, uma economia que cresce, não necessariamente está tendo desenvolvimento econômico.

O estudo sobre o crescimento econômico dos países demonstra protagonismo dentro da ciência econômica. Desde os primórdios da economia moderna já é possível identificar ideias acerca desse conceito, como por exemplo a obra de Adam Smith, “A riqueza das nações”, publicada em 1776. Smith (1983) sugeria a atuação dos indivíduos, os quais movidos pelos seus próprios interesses, promoveriam o crescimento econômico.

Para Furtado¹ (1969, p. 76), “o crescimento econômico é o aumento da produção”, porém essa transformação acaba acarretando nas “modificações estruturais na forma como se distribui e utiliza a renda. O conjunto dessas modificações estruturais constitui o processo de desenvolvimento.” Ou seja, “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a.” (FURTADO, 1967, p. 74). Por isso, certos conceitos acerca de crescimento e desenvolvimento econômico confluem-se entre si, causando certas vezes confusão

¹ Na formação econômica do Brasil, destaca-se a figura do economista heterodoxo, Celso Furtado. Na maioria das suas obras, ele buscou explicar problemas históricos de desenvolvimento, em países da América Latina – principalmente o Brasil – e que durante séculos foram colonizados pelas nações ibéricas. Por isso discorrer sobre seus pensamentos econômicos serão de grande valia para uma melhor análise deste trabalho.

ao defini-los. Morazé (1943, p.36) consegue elucidar esse cenário, ao dizer que “um fato econômico nunca é um fato isolado; ele resulta da interferência de vários fenômenos diferentes que é preciso identificar”.

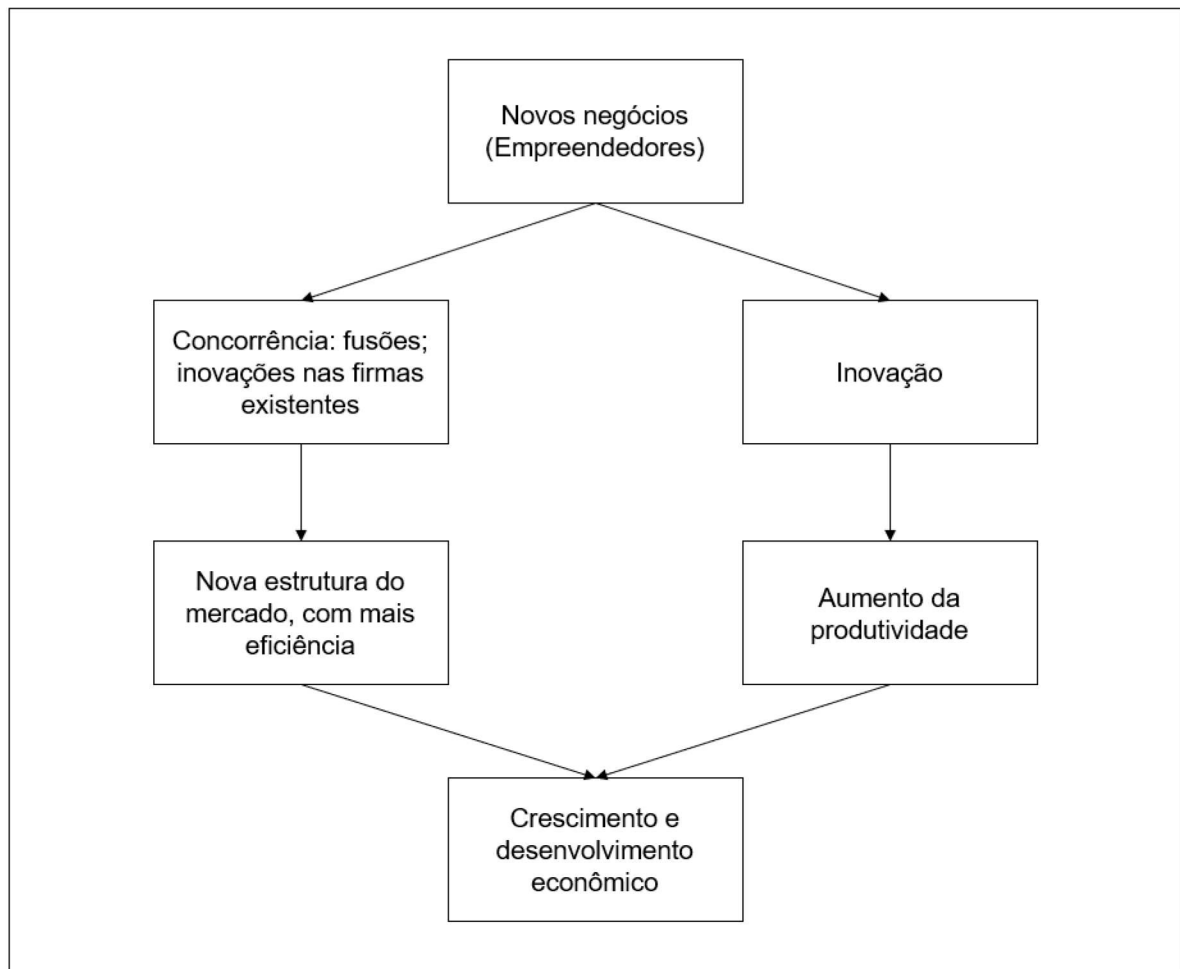
De modo geral, o desenvolvimento é um fenômeno de efeitos amplos na sociedade, que atinge a estrutura social, política e econômica buscando estratégias que permitam a elevação do padrão de vida da coletividade (VASCONCELLOS, 2011). Assim, pode-se dizer que o crescimento corresponde ao caráter mais quantitativo de sua evolução, quase sempre ressaltando o aumento do produto. Em contrapartida, o desenvolvimento de uma economia abrange seu processo qualitativo, no sentido da melhoria das condições de vida dos indivíduos que a compõe.

Considerando a discussão e as teorias sobre o desenvolvimento, cabe destacar os estudos publicados pelo economista austríaco Schumpeter, no início do século XX. Para este autor, a figura do empreendedor assume o papel crucial para o crescimento e desenvolvimento econômico, pois esse agente promove o que ele denomina como “novas combinações” de recursos produtivos. Acerca desse conceito, (1997, p. 76) cita os cinco casos seguintes:

- 1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem.
- 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria.
- 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não.
- 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada.
- 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

A seguir, a FIGURA 1 ilustra esse cenário de crescimento e desenvolvimento econômico, com o empreendedor como estímulo inicial:

FIGURA 1 - CRECIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SCHUMPETERIANO



FONTE: ELABORADA PELO AUTOR COM BASE EM SCHUMPETER (1997)

Para que essas novas combinações ocorram, Schumpeter (1997) ressalta a importância do fornecimento de crédito para o financiamento desse sistema, em que está inserido a figura do empresário inovador, provedor de progresso técnico. Em sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, escrita em 1942, Schumpeter viria a substituir o caráter individual empresarial por grandes corporações de soluções novas.

Retornando às contribuições de Furtado (1968), este autor entende que o aumento da produtividade do fator trabalho, tem um papel crucial no desenvolvimento econômico. O mesmo autor divide em três fatores influenciadores nesse resultado: aumento da dotação de capital por trabalhador; modificação na estrutura produtiva em decorrência da alteração no perfil da demanda²; e progresso técnico. É importante destacar que essas variáveis podem atuar em conjunto, porém identificar qual delas prevalece, é fundamental para reconhecer a origem do processo desenvolvimento em

² Exemplo: expansão das plantações de café com fatores deslocados da agricultura de subsistência (FURTADO, 1968, p. 21).

pauta. Além do mais, também deve-se destacar o papel imprescindível da acumulação de capital nesse processo, que acompanha todos os tipos de desenvolvimento, porém é relevante frisar que esse fator não é a causa principal para tal.

Nota-se que, assim como Schumpeter, Furtado também considera o progresso técnico como um fator importante para o desenvolvimento econômico. O economista brasileiro ainda destaca que o “[...] desenvolvimento econômico de uma perspectiva ampla, isto é, como um processo histórico que interessa e inclui todos os povos, constatamos que o progresso tecnológico nêle desempenha o papel fundamental”. Além disso, o mesmo autor em outra obra, também aponta que a criatividade humana está correlacionada com o progresso técnico, a ponto de expandir as possibilidades de acumulação de capital e de uso das forças produtivas, propiciando crescimento econômico e produtividade (FURTADO, 1978).

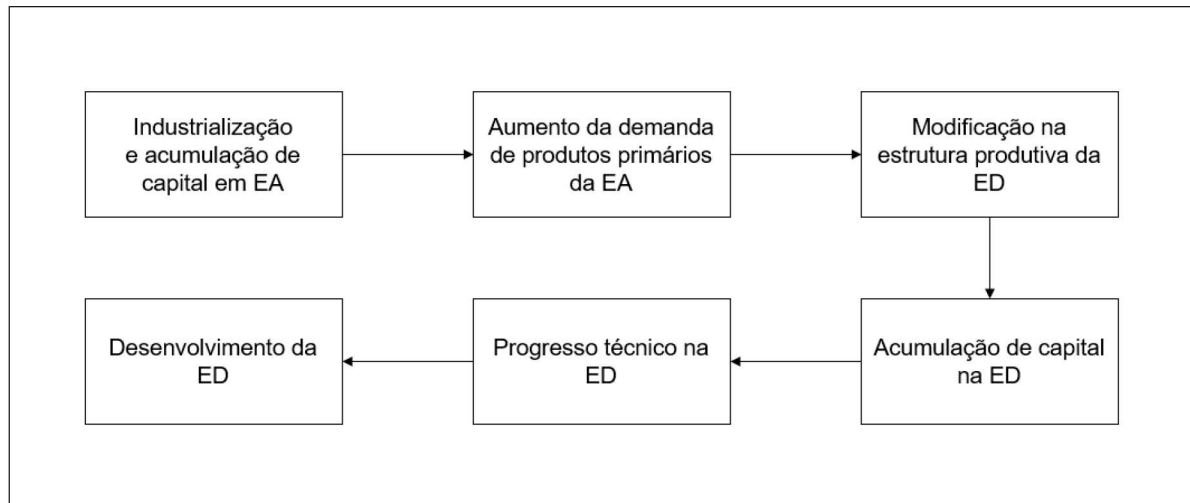
Conforme observado por Furtado (1968), o progresso tecnológico é uma questão central, porque define as diferenças de produtividades de economias autônomas (EA) e dependentes (ED). Segundo o mesmo autor, as EA's são protagonistas num contexto mundial, onde elas apresentam uma capacidade produtiva muito grande, ou seja, uma forte industrialização – entenda também como progresso técnico. Um exemplo disso, seria os Estados Unidos da América. Já as ED's, são pouco industrializadas, e predominantemente exportadoras de produtos primários, sendo o Brasil uma amostra disso.

O processo de desenvolvimento na EA, a ordenação dos fatores de produção primários de impulsão é dada da seguinte forma: Progresso técnico – acumulação de capital – modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. De forma oposta, o encadeamento de fatores para o desenvolvimento na ED: Modificações na composição da demanda – acumulação de capital - progresso tecnológico (FURTADO, 1968). Para fins didáticos, a seguir será apresentado um exemplo fictício e bem simplificado, onde contará com um país de EA e outro de ED, onde inicialmente ocorre um choque na demanda de produtos primários pela EA.

Vamos supor que o Estados Unidos – EA –, criou uma grande demanda de produtos primários do Brasil – ED. Esse aumento de consumo forçou fatores ociosos ou semi-ociosos brasileiros, se realocarem para atividades produtivas, conseqüentemente aumentando a produtividade dessa economia. Com essa modificação na estrutura produtiva brasileira, cria-se estímulos para acumulação de capital e investimentos - em máquinas importadas e modernização da infraestrutura,

por exemplo – que acelerarão o progresso técnico nessa ED. Isto significa, que essa evolução tecnológica passa a ser um elemento propulsor de desenvolvimento econômico no Brasil. Em contrapartida, a fonte de progresso técnico nos Estados Unidos, é ela mesma. Veja a ilustração desse cenário na FIGURA 2.

FIGURA 2 – SIMPLIFICAÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NAS ECONOMIAS AUTÔNOMAS E DEPENDENTES



FONTE: ELABORADA PELO AUTOR COM BASE EM FURTADO (1968)

“Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, êle mesmo, a fonte de desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer o desenvolvimento de uma economia dependente é o reflexo do progresso tecnológico nos pólos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o deslocamento da curva da demanda. Desta forma, do ponto-de-vista do país dependente, o desenvolvimento surge como uma modificação na estrutura produtiva. Ora, a especialização em um setor da produção primária não exige necessariamente modificações nas técnicas de produção, razão pela qual pode-se admitir a hipótese de que a elevação de produtividade econômica ocorra na produção primária, sem que tenha lugar qualquer assimilação de progresso tecnológico.” (FURTADO, 1968, p. 23)

Demonstrada as definições de crescimento, desenvolvimento e progresso técnico, na próxima parte deste trabalho será apresentado o conceito de ciclo econômico e quais foram os principais que ocorreram no Brasil desde o seu descobrimento até o século XX.

2.2 CICLOS ECONÔMICOS DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E MEADOS DO XX

Os estudos acerca do entendimento de ciclos econômicos começaram a ganhar mais relevância na segunda metade do século XIX, em grande parte devido às crises econômicas que impactaram a economia mundial desde a revolução industrial. A partir desse cenário, diversos economistas de diferentes escolas de pensamento expuseram seus respectivos entendimentos sobre a causalidade e padrões da ciclicidade. Na primeira metade do século XX, destacou-se o economista austríaco Schumpeter como um dos principais pensadores econômicos sobre o comportamento cíclico das economias. Ele dividia esse processo em quatro etapas: boom, quando o produto cresce acima da linha de tendência de longo prazo; recessão, quando o nível de atividade cai; depressão, quando o produto cai abaixo da linha de tendência de longo prazo; e recuperação, quando a economia entra novamente na fase de crescimento (SCHUMPETER, 1997).

Além disso, ele também explica que a lógica do funcionamento dos ciclos econômicos não exige uma determinação efetiva de seu tempo de duração ao afirmar que:

Duas coisas podem ser chamadas de periodicidade. Em primeiro lugar, o simples fato de que todo *boom* é seguido por uma depressão, toda depressão por um boom. Mas isso minha teoria explica. Ou, em segundo lugar, pode-se chamar assim a duração efetiva do ciclo. Mas isso nenhuma teoria pode explicar numericamente porque obviamente depende dos dados concretos do caso individual. No entanto, minha teoria dá uma resposta geral: o *boom* termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo *boom* se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado. (SCHUMPETER, 1997, p. 202)

Dado a divergência entre as teorias de economia moderna, com o sistema de ciclos econômicos coloniais brasileiros, este trabalho utilizará a definição dada por Buescu (1974, p. 24) para ciclos econômicos na formação econômica do Brasil e também do Paraná - estes serão abordados nas próximas seções.

[...] período em que a expansão da exportação é determinada por um certo produto conjuntural, mas esta definição ficaria limitada ao aspecto causal. Em princípio, o ciclo caracteriza-se pela supremacia de um certo produto na pauta de exportação. Entretanto, o que é mais profundamente característico consiste na concentração dos fatores de produção no produto cíclico, e conseqüentemente, na dependência de toda a economia em relação a este produto. O ciclo é o período em que o dinamismo do sistema econômico depende de um produto com conjuntura favorável no mercado internacional e posição privilegiada na pauta de exportação.”

Deste modo, esta abordagem teórica apresentada, proporcionará um relevante ferramental de análise e entendimento dos principais ciclos econômicos que ocorreram no Brasil e no Paraná, entre os séculos XVI e meados do XX.

No final do século XV iniciou-se na Europa práticas políticas de transição entre o feudalismo e o capitalismo, o mercantilismo (SODRÉ, 1987). Dentro desse período, liderados por portugueses e espanhóis, ocorreu uma grande expansão marítima, com a pretensão de explorarem novas terras, novos produtos e principalmente acumularem metais preciosos³ (PORFÍRIO; BLUM; SILVA, 2021).

Ao descobrirem as Américas, os Ibéricos iniciaram o processo de colonização dessas terras inexploradas. No Brasil, os portugueses levaram quase cem anos para encontrar a primeira jazida de ouro e mais de dois séculos para descobrirem as Minas Gerais, nesse ínterim, prevaleceram as atividades agrícolas e de extração de madeiras (SIMONSEN, 1967).

Em geral, a vida econômica colonial contava com técnicas rudimentares, fatores de produção adquiridos a baixo custo – recursos humanos e naturais (BUESCU, 1974). No conjunto de práticas mercantilistas, o mesmo autor afirma que havia uma busca pela balança comercial favorável à metrópole, o que implicava a política do protecionismo, que consistia na criação de dificuldades para a entrada de produtos na metrópole que procedessem de outros reinos. Além disso, a deficiência produtiva interna das colônias, as faziam ter que importar praticamente todos os produtos manufaturados.

A seguir serão apresentados os principais ciclos econômicos do Brasil, a partir dessa perspectiva do descobrimento do continente sul-americano, até meados do século XVIII.

³ A riqueza de uma nação dentro da lógica mercantilista era regida pelo metalismo, ou seja, pelo acúmulo de metais preciosos (PORFÍRIO; BLUM; SILVA, 2021).

2.2.1 Ciclo do pau-brasil

Desde o século X, o verzino⁴ já era conhecido na Europa, porém originário de Java e Sumatra. A matéria-prima era utilizada para tingir tecidos em tons de vermelho, essa cor estava diretamente ligada à vestimenta da nobreza e às altas autoridades eclesiásticas (BARROSO, 1941).

FOTO 1 – PAU-BRASIL



FONTE: MACHADO, A.

Conforme descrito por Buescu (1974), quando os primeiros navegantes da coroa portuguesa chegaram ao Brasil, frustraram-se por não encontrar metais preciosos. De início, verificaram apenas a possibilidade de comercializarem na Europa, papagaios, búzios, cristais, escravos e o pau-brasil. O mesmo autor relata que esse tipo de madeira era abundante na costa brasileira e que, em 1501, a frota de Gonçalo Coelho enviara uma amostra da matéria prima à metrópole.

A exploração do pau-brasil desde o seu início era considerada um monopólio real, ou seja, apenas a coroa portuguesa poderia explorar esse recurso em solo brasileiro, através de concessões para comerciantes, sendo a primeira delas a um grupo de comerciante judeus, liderados por Fernando de Noronha, em 1503 (PRADO

⁴ O étimo de Brasil está ligado à palavra italiana “verzino”, que adaptada ao francês é denominada “brésil”. Esse substantivo era empregado para dar nome à madeira semelhante ao pau-brasil, proveniente do extremo oriente (BRASIL, 2010).

JÚNIOR, 2004). Apesar dessa restrição da coroa portuguesa, isso não impediu que houvesse contrabando em outras regiões do Brasil. A exploração do pau-brasil estendeu-se ao longo do litoral potiguar, em Cabo do São Roque até Cabo Frio no Rio de Janeiro (BUESCU, 1974).

O capital financeiro aplicado nesse empreendimento de extração era muito pequeno, pois a mão-de-obra era suprida pelo os indígenas e pagos com escambo (FURTADO, 1961). A estrutura construída era sempre de caráter transitório e precário, pois “a indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 26), com o avanço da exploração, as matas costeiras se esgotavam e o custo de transporte aumentava à medida que a distância do local de extração afastava-se do mar (BUESCU, 1974).

A exportação de pau-brasil entrou em decadência em poucas décadas, porque os retornos financeiros foram diminuindo com o decorrer do tempo, além disso, em meados dos anos 1530, a metrópole portuguesa identificou o potencial do clima quente e úmido - tropical - do Brasil, para cultivar um produto que estava sendo negociado com um grande valor comercial na Europa, a cana-de-açúcar (PRADO JÚNIOR, 2004). Foi no período a seguir que a economia açucareira assumiu protagonismo econômico dentro da colônia brasileira.

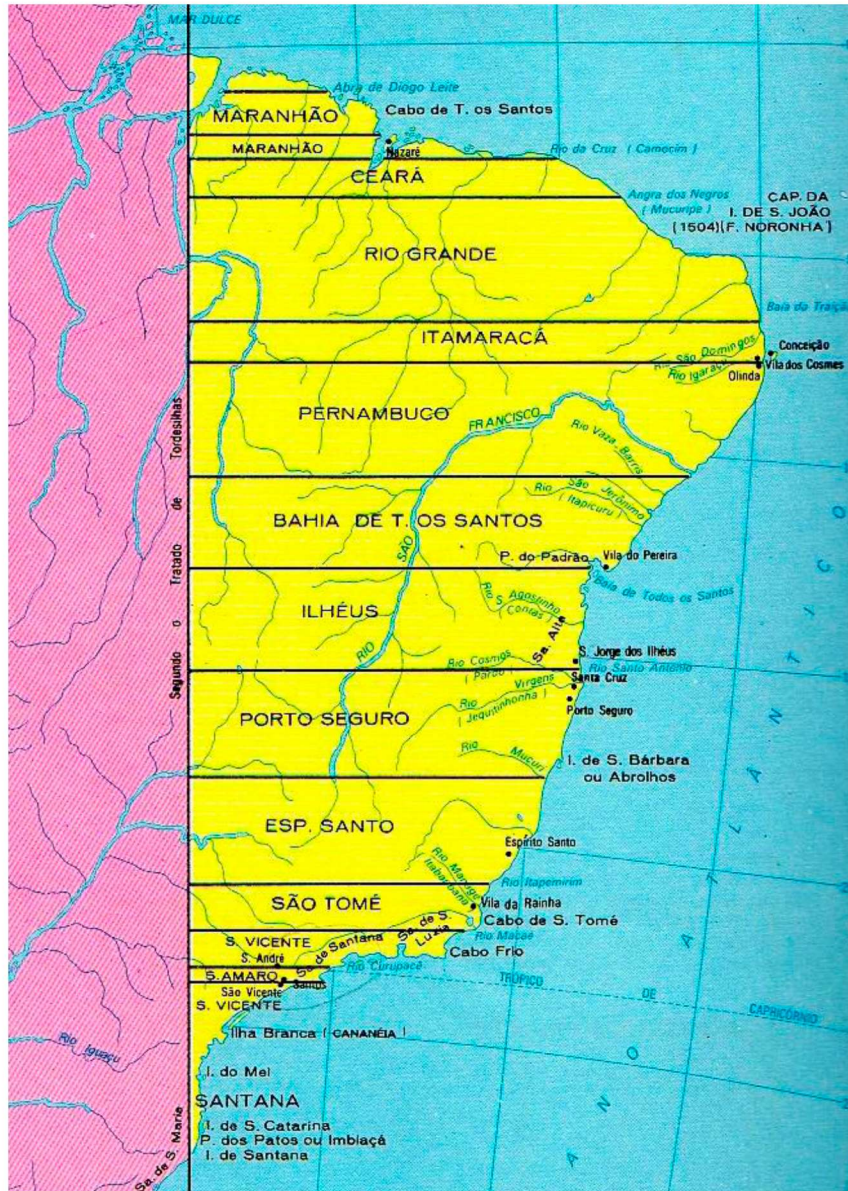
2.2.2 Ciclo do açúcar

No século XV a comercialização do açúcar era muito cara e restrita, pois era produzido e fornecido pelo Oriente, com intermédio de cidades mercantis da Itália (BUESCU, 1974). Na metade desse mesmo centenário, a coroa portuguesa já havia iniciado o cultivo de cana de açúcar em território lusitano, primeiro em Madeira e depois em Açores (MAGALHÃES, 2009).

Devido à vasta costa do território brasileiro, o reino português tinha muitas dificuldades em protegê-lo de ataques e contrabandos (BUESCU, 1974). Essa situação ameaçava a soberania sobre aquela colônia. De acordo com Cintra (2013), em 1534 o rei de Portugal, D. João III criou o sistema de capitanias hereditárias no Brasil, sendo a primeira divisão territorial e administrativa implantada pelos portugueses na América. O mesmo autor afirma que foram estabelecidas ao total, 15

grandes faixas que partiam em linhas paralelas, da costa brasileira até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas⁵, junto à coroa espanhola, vide FIGURA 3.

FIGURA 3 - MAPA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS



FONTE: ATLAS (1977, p. 16)

Dentro desse sistema donatário e através da agricultura, a coroa portuguesa teve mais êxito em explorar novas fontes de renda. Na década de 1530, intensificaria

⁵ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo estabelecido, em 7 de Junho de 1494, na cidade de Tordesilhas, entre D. João II de Portugal e Fernando II de Aragão da Espanha, antiga Coroa de Castela. Nesse pacto foi determinado os limites das áreas de exploração entre os dois reinos Ibéricos, na América do Sul. Isso se deu através de uma linha imaginária, onde os espanhóis ficariam com as terras ao oeste desse meridiano os portugueses, ao leste (BOWN, 2011).

no Brasil o cultivo da cana-de-açúcar, tal produto dominaria o cenário econômico local, durante quase 150 anos (FURTADO, 1961).

Com o intuito de ocupar e aumentar o poder produtivo na colônia brasileira, a coroa portuguesa implementou um modelo agrário, a concessão de sesmaria. Essa benesse era cedida a um beneficiário em nome do rei de Portugal e tal processo se estendeu até a independência do Brasil, em 1822 (PORTO, 1980). “Sesmaria é uma concessão feita a um empresário capitalista com vistas a uma monocultura de exportação” (MAURO, 1969, p. 214).

Ao contrário da extração do pau-brasil, o empreendimento em engenhos de açúcar demandava um aporte inicial considerável. O capital de giro era essencial para a saúde financeira desse negócio, dado que era necessário construir toda uma estrutura com moinho, fornos entre outros equipamentos. Além disso, a mão-de-obra indígena passou pela substituição⁶ do escravo africano, o que acabou acarretando aumento nos custos operacionais (BUESCU, 1974). De acordo com o mesmo autor, “a escravidão provocou, como sempre provoca, desincentivo ao investimento e à renovação tecnológica” (BUESCU, 1974, p. 43).

Conforme relata Ferlini (1991), em paralelo ao ciclo do açúcar, ocorreu a comercialização de outras culturas em escalas bem menores, como: fumo; algodão; gengibre; cacau; pau-cravo; guaraná, borracha, entre outras, mas, a atividade que mais destacou-se em segundo plano foi a pecuária. A criação de gado foi primordial para o desenvolvimento do ciclo do açúcar, pois além de ser utilizado na logística dos engenhos, ele também servia de alimento e matéria prima – couro – para artesanato.

Na primeira metade do século XVII, a Holanda que desempenhava um papel importante no refino do açúcar, começou a realizar algumas ofensivas para invadir o Brasil e extinguir a soberania da União Ibérica⁷ em território brasileiro (BUESCU, 1974). Em 1637 os holandeses conseguiram se instalar na capitania de Pernambuco, controlando a produção de açúcar na região, lá eles permaneceram até 1654, quando os portugueses conseguiram reconquistar aquele distrito. Porém, nesse mesmo período, a produção açucareira começou apresentar sinais de declínio, pois as

⁶ Novais (1986) comenta que o processo de apreamento de índios não gerava acumulação de capital na metrópole, ao contrário da comercialização – altamente lucrativa – dos escravos africanos com os senhores de engenho da colônia.

⁷ A União Ibérica, que ocorreu entre 1580 e 1640, foi a unificação das Coroas espanhola e portuguesa a partir da crise sucessória do trono português. Essa crise de sucessão decretou o fim da Dinastia de Avis e coroou o rei Filipe II, da Espanha, como rei tanto de Portugal quanto da Espanha (BANDECCHI, 1970).

Antilhas holandesas, inglesas e francesas passaram a concorrer diretamente com o Brasil no abastecimento do mercado europeu (ZEMELLA, 1950). Esse cenário gerou um intervalo de estagnação financeira na colônia, até a descoberta das Minas Gerais, no final desse mesmo século, dando origem ao ciclo do ouro (BUESCU, 1974).

2.2.3 Ciclo do ouro

A crise na segunda metade do século XVII, que atingiu a exportação de produtos brasileiros no mercado internacional, gerou muita preocupação sobre o destino da colônia. A dificuldade em encontrar minas de ouro incomodava a coroa portuguesa, enquanto o ciclo do açúcar declinava, mais intensiva eram as expedições bandeirantes⁸ para o interior das capitâneas, em busca das almeçadas jazidas de metais preciosos (ELLIS, 1989).

Desde o final do século XVI até o final do centenário seguinte, houve descobertas de ouro em São Paulo, Bahia e no Paraná, mas longe de serem satisfatórios às aspirações do reino português (PINTO, 1979). De acordo com Buescu (1974), a insistência bandeirante surtiu efeito, quando, em 1692, foram encontradas as vastas minas auríferas de Minas Gerais. O mesmo autor afirma que o anúncio do descobrimento atraiu muitas pessoas para essa região, tanto internamente, quanto de colonos europeus e importação de escravos. Na TABELA 1 é possível observar essa disparidade demográfica, desde quando se inicia o ciclo do ouro, já no final do século XVII, até sua decadência na segunda metade do século XVIII.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII

Ano	Habitantes	Variação Global
1600	100.000	-
1650	170.000	70,00%
1700	350.000	105,88%
1750	1.750.000	400,00%
1800	3.300.000	88,57%

⁸ O bandeirismo foi um movimento que popularizou-se em São Paulo, em que esses sertanistas deslocavam-se para o interior da colônia, em busca de novas riquezas e apresamento indígena (ELLIS, 1989)

FONTE: BUESCU (1974)

O capital necessário para empreender na atividade mineira não era grande, pois não necessitava a utilização de equipamentos sofisticados, pelo contrário, era basicamente, enxadas, pás e bateias (BUESCU, 1974). A extração em locais subterrâneos, com técnicas de engenharia mais sofisticadas, foi empregada poucas vezes, dado que a quantidade de ouro em superfície era extensa (PINTO, 1979). O autor Buescu (1974) afirma que a mão-de-obra empregada era em sua maioria escravagista – origem africana –, mas havia mineradores e faiscadores, que laboravam por conta própria ou com ajuda de uma equipe reduzida de escravos. O ouro extraído para exportação era levado até o porto do Rio de Janeiro, através de muares – esses que eram criados no sul da colônia e negociados na feira de Sorocaba⁹ (SIMONSEN, 1967).

O ciclo do ouro entrou em decadência, a medida que as minas auríferas foram se esgotando. Parte desse problema deu-se à ausência de acúmulo de capital neste setor, para que houvesse progresso técnico e conseqüentemente a exploração de galerias subterrâneas, que necessitavam grandes investimentos para aquisição de equipamentos importados e mão-de-obra.

“A exploração das minas exigia agora trabalhos de desmonte, escavação e desvio de águas para se poder atingir as matrizes. Muitas necessitavam o mineiro concentrar todo o seu rebanho de escravos em trabalhos preparatórios de extração, decorrendo-se meses sem arrecadar qualquer porção de ouro. Entretanto, chegado o momento do pagamento do tributo, tinha de estar presente ante o fisco intransigente. (PINTO, 1979, p. 63)

Esse declínio tornou-se notável a partir da década de 1760 (BUESCU, 1974). Posterior a esse período, “nada havia sido criado para manter o ritmo das atividades econômicas. Sobraram alguns capitais ociosos e a massa proletarizada de trabalhadores livres e escravos, à espera de novas oportunidades” (BOXER, 1969, p. 330). O fim desse ciclo econômico causou uma grande estagnação financeira, que se estendeu até o século seguinte, durante o período regencial (1831 – 1840), com a

⁹ Há uma certa imprecisão em relação a data de criação da Feira de Muares em Sorocaba, alguns documentos estimam que seja entre 1750 e 1766. A Feira de Sorocaba foi o maior ponto de comercialização de muares durante o ciclo econômico do tropeirismo. Para lá, diversos tropeiros levavam animais para comercializar com compradores de diferentes áreas do país. A última edição dessa feira ocorreu em abril de 1897 (STRAFORINI; GARCIA; CASTRO, 1998).

ascensão do café, que viria a ser a força motriz do desenvolvimento econômico e industrial do Brasil, nas décadas seguintes (SIMONSEN, 1967).

2.2.4 Ciclo do café

O histórico do café no Brasil tem início no ano de 1727 quando o Sargento-mor Francisco de Mello Palheta, trouxe sementes e mudas da Guiana Francesa. As primeiras plantações foram realizadas nos atuais estados do Maranhão e Pará, porém sem nenhum retorno financeiro expressivo (FRAGA, 1963). Do norte da colônia, por volta de 1760, o desembargador João Alberto Castelo Branco transportou para o Rio de Janeiro algumas sementes, e a partir disso se espalhou pela Baixada Fluminense e posteriormente pelo Vale do Paraíba.

Em 1808 a transferência da corte portuguesa para o Brasil devido à ameaça iminente que Napoleão Bonaparte vinha oferecendo ao Império português em solo europeu (VIANA, 1994). Esta data é um marco fundamental na formação econômica do Brasil, sendo um período transitório, que se estendeu até meados de 1840 e 1850. Nesse ínterim ocorreram alguns eventos importantes favoráveis ao progresso. O primeiro, talvez o mais importante, tenha sido a abertura dos portos brasileiros, no mesmo ano da chegada da monarquia. Em seguida acontecem tratados comerciais com a Inglaterra, que criava um estímulo para que o Brasil aumentasse suas produções agrícolas (BUESCU, 1974).

Em condições favoráveis, por volta de 1825 iniciou-se o cultivo de café no Vale do Paraíba. Essa região viria a se tornar a primeira grande região de cultivo de café no Brasil. Tal mudança e êxito deu-se à diferença de clima, conforme apontado por Prado Jr. (2004, p. 117):

[...] o café, em confronto com a cana-de-açúcar, é uma planta delicada. Os limites de temperatura dentro dos quais prospera favoravelmente são muito estreitos: 5 e 33.° C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos. Requer doutro lado chuvas regulares e bem distribuídas, e é muito exigente com relação à qualidade do solo. Finalmente, ao contrário da cana-de-açúcar e também do algodão, é uma planta permanente e tem de atravessar por isso todas as estações e anos sucessivos sem substituição.

Mesmo com técnicas rudimentares de plantio, na década de 1840, o café se já se torna o principal produto de exportação brasileira (MAGALHÃES FILHO, 1987). “A partir de 1850 são introduzidas as máquinas para beneficiamento, aumentando substancialmente a produtividade: descascadoras podiam operar 800 arrobas num dia de 10 horas, e depolpadoras até 1200 arrobas.” (BUESCU, 1974, p, 124). A segunda metade do século XIX, o crescimento se dá de forma extremamente acelerada, causado por um deslocamento do centro geográfico das plantações, do Vale do Paraíba para o oeste de São Paulo, conforme pode ser visto de forma cronológica, na FIGURA 4

FIGURA 4 - EXPANSÃO CAFEIEIRA NO SÉCULO XIX



FONTE: MULTIRIO

Segundo Silva (1976), essa interiorização das plantações no estado paulista, a mão de obra escrava passa a ser substituída pela assalariada – em grande parte por imigrantes – e os níveis de automação se intensificam. Além do surgimento de linhas férreas nessas regiões, tornando o escoamento deste produto altamente escalável. O mesmo autor ainda reforça dizendo que “É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista do Brasil.” (1976, p. 50).

Um outro aspecto importante para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, é que desde o início a produção de café serve à acumulação de capital baseada no trabalho assalariado, e é dentro desse cenário que nasce a

indústria no Brasil, impondo uma nova ordem econômica, diferente daquela empregada no sistema colonialista (BUESCU, 1974).

No início do século XX, a indústria cafeeira passou de forma recorrente a sofrer com as superproduções que excediam a demanda global do grão. Esse descontrole gerava problemas de queda nos preços e estoques invendáveis. O governo teve que intervir algumas vezes através de barreiras fiscais para novas plantações, assim como compra da produção excedente (SIMONSEN, 1973). A situação tornou-se insustentável quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, onde os Estados Unidos eram o maior comprador do café brasileiro. Com a crise, a importação deste produto diminuiu drasticamente. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro agiu novamente e comprou toneladas de café para queimar, com o intuito de amenizar os danos, porém sem sucesso (BUESCU, 1974).

Dessa forma acabou se encerrando o ciclo do café, por outro lado acabou estimulando a industrialização através de uma política de substituição de importações, com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro e resolver os problemas de dependência de capitais externos (SILVA, 1976).

3 RESGATE HISTÓRICO DA ECONOMIA PARANAENSE

A região do estado do Paraná começou a ser explorada no início do século XVII, através de sertanistas partindo da capitania de São Vicente (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Desse período até as primeiras décadas do século XX, surgiram alguns ciclos econômicos atrelados a produtos e serviços encontrados em solo paranaense, e que foram importantes para o desenvolvimento da formação econômica do Paraná. Neste capítulo serão abordadas as atividades econômicas paranaenses, que antecederam e que foram contemporâneas ao da erva-mate.

3.1 A PROCURA DE NATIVOS E METAIS PRECIOSOS NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE

Conforme explicado no capítulo anterior, na primeira metade do século XVI, a coroa portuguesa criou o sistema de capitanias hereditárias, vide (FIGURA 1) já apresentada. O território paranaense estava inserido nas imediações da capitania de São Vicente. Essas terras foram cedidas a Martim Afonso de Souza, devido aos seus bons serviços desempenhados à coroa portuguesa. Inicialmente, desenvolveram-se algumas atividades econômicas, como da produção de açúcar, extração de madeira e tráfico de escravos (CINTRA, 2013). No final do século XVI já ocorriam excursões de sertanistas pela costa da capitania Vicentina, até o seu extremo sul, para explorarem novas fontes de metais preciosos e captura de índios, pois esses eram um importante recurso para o funcionamento da economia colonial (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Esses mesmos autores descrevem em quais atividades os indígenas eram escravizados.

[..] era a mão-de-obra que sustentava tôdas as estruturas superiores da sociedade colonial: nos trabalhos domésticos, nas derrubadas e lavouras, “na jornada das minas e na condição de cargas”, como soldados das guerras do sertão contra outros índios que deveriam ser caçados, nos serviços públicos de estradas, nos transportes de mercadorias, nas construções de fortalezas (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969, p. 27).

De acordo com Carneiro (1962), na década de 1580, alguns bandeirantes ao chegaram na região de Paranaguá, depararam-se com índios portando ouro em mãos,

o que gerou certa animosidade entre os exploradores. Porém, pouco tempo depois, esses exploradores não encontraram as desejadas minas de metais preciosos, apenas o ouro de aluvião¹⁰. Dessa maneira, essa exploração acabava não sendo recompensadora, dado que o retorno dessa atividade não justificava o esforço, pois além de haver escassez de mão de obra na colônia como um todo, a quantidade extraída nessa região era ínfima, comparada à de outras regiões.

Em 1646 fora encontrada uma mina de ouro em “Pernagoa”, por Gabriel de Lara, a primeira em solo paranaense (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Esse acontecimento atraiu pessoas para aquela região, onde dois anos mais tarde foi fundada a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (PICANÇO, 2011). No ano de 1666, foram descobertas as minas de ouro em Morretes, e quatorze anos mais tarde, em Curitiba. As principais minas que havia no Paraná no final do século XVII e metade do XVIII, foram: Penajoia; Uvoporanduva; do Pau Vermelho; Pantanal; da Carioca; Limoeiro; Ribeirão; Capituva e Guarumbí (CARNEIRO, 1962).

Apesar do descobrimento dessas minas, elas acabaram esgotando-se em poucas décadas, o que resultou em uma progressiva emigração desses exploradores para outras regiões do Brasil. A exemplo disso, foi quando noticiaram as descobertas as minas de Cataguazes - Minas Gerais - e de forma definitiva, esse êxodo consolidou-se com as descobertas das jazidas de Cuiabá (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Essa decadência, tornou a região litorânea e do primeiro planalto paranaense¹¹, em economias de subsistência, baseadas em culturas de alimentos e criação de animais, onde apenas os sesmeiros mantiveram seus escravos, para realizarem essas atividades (MAGALHÃES FILHO, 1996). Nesta ocasião, existiam apenas duas vilas fundadas em território paranaense, Paranaguá e Curitiba, estabelecidas em 1648 e 1693, respectivamente (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Segundo Magalhães Filho (1996), a região do Paraná manteve-se nessa estagnação durante quase meio século, até o surgimento de um de um novo ciclo econômico, envolvendo o tropeirismo e a pecuária.

¹⁰ Aluvião é um termo da geologia para definir os sedimentos e materiais que depositam-se nos leitos dos rios, a partir da erosão e ação geológica, como vento e chuvas (MINAS JR, 2022).

¹¹ Pela classificação de Maack (1981), o Paraná apresenta quatro unidades geomorfológicas: Baixada Litorânea; Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba; Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa e o Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava.

3.2 O COMÉRCIO DE ANIMAIS

O descobrimento das jazidas de ouro na região de Minas Gerais, no início do século XVIII, chegara em boa hora à coroa portuguesa, dado que o panorama brasileiro se apresentava melancólico, devido à recessão econômica que afetou fortemente a produção açucareira (PINTO, 1979). O mesmo autor afirma que houve uma corrida pelo ouro, em razão das informações noticiadas, referindo-se à abundância e facilidade de extração nessas novas minas auríferas.

De acordo com Furtado (1961, p. 92), devido à topografia mineira e sua distância do litoral, o escoamento da produção de ouro era extremamente dependente de um sistema de transporte em lombo de animais, na maioria, muares. Ainda, segundo o mesmo autor, com o enfraquecimento do ciclo da cana de açúcar¹² no Brasil, a demanda de gados desse mercado, acabou sendo absorvida pela região sudeste, em Minas Gerais. Os preços praticados desses animais no nordeste do Brasil, eram bem superiores aos do sul. Essa discrepância na parte meridional da colônia, dava-se à falta de protagonismo e distância dos grandes polos econômicos. Mesmo que de forma acanhada, essa atividade só sobrevivia por causa das exportações de couro. Porém, devido à prosperidade em solo mineiro, a demanda por animais de carga cresceu de forma bastante acelerada, dessa maneira, criando um novo mercado. Todo esse cenário propiciou a integração do Paraná nessa nova conjuntura econômica, através do comércio inter-regional de animais, tanto via criação, quanto através do tropeirismo (CARNEIRO, 1962).

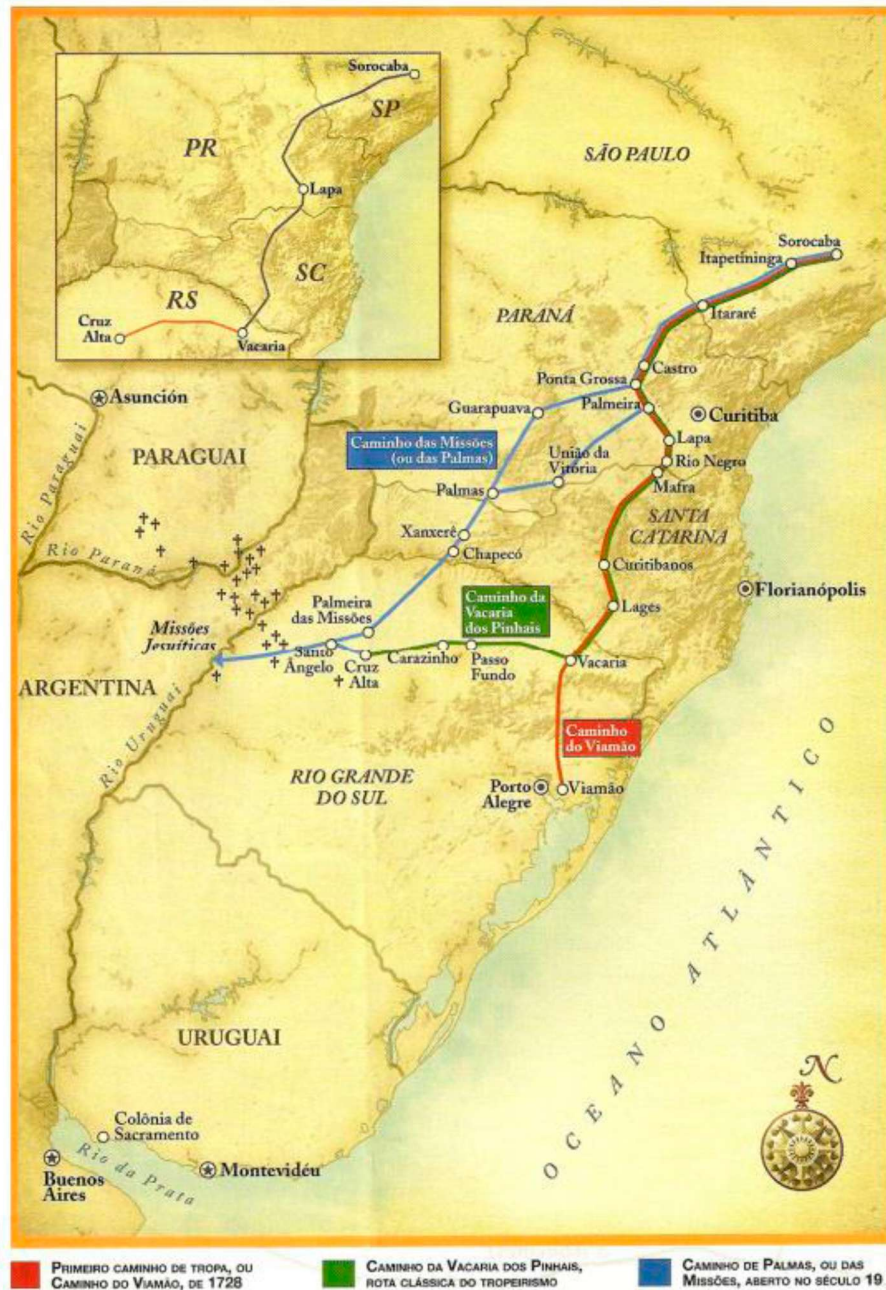
O comércio de animais já ocorria desde o final do século XVII, entre o sul e as regiões mais ao norte do Brasil, porém o real desenvolvimento dessa atividade, deu-se com a abertura do Caminho do Viamão (MAGALHÃES FILHO, 1996). Essa estrada foi aberta em 1728 e continha 1.750 quilômetros de extensão (BUENO; BARRETO; DIAS, 2021). O seu trajeto iniciava-se no rio Guaíba, seguia pela serra gaúcha e catarinense, em seguida pelos Campos Gerais, até chegar na feira de muares em Sorocaba (MAGALHÃES FILHO, 1996), conforme a FIGURA 5¹³. Além disso, esse

¹² Esse ciclo econômico iniciou-se na primeira metade do século XVI no Brasil colonial. As primeiras plantações ocorreram na região da capitania de São Vicente, mas foi no nordeste brasileiro que a coroa portuguesa obteve êxito na produção da cana de açúcar. Essa atividade começou a declinar na metade do século XVII, devido à concorrência dos produtores holandeses, que foram expulsos do Brasil e se instalaram nas Antilhas, América Central (VIANA, 1994).

¹³ Além do Caminho do Viamão, também estão representados na figura 2, outros dois caminhos utilizados pela atividade econômica tropeira, em que ambas surgiram no início do século XIX, como o

caminho criou “condições para o aparecimento de várias povoações, como Itararé, Jaguariaíva, Lança (Piraí do Sul), Iapó (Castro), Ponta Grossa, Lapa, Palmeira, Campo Largo, Lages, entre outras” (PADIS, 1981, p. 22).

FIGURA 5 - ROTA DOS TROPEIROS



FONTE: ZUCCHERELLI (2008, p. 13)

Caminho das Vacarias dos Pinhais, em 1816 (MAESTRI, 2010) e o Caminho das Missões ou das Palmas (ZUCCHERELLI, 2008).

É nesse contexto histórico que surge a figura do tropeiro, que segundo a definição de Carneiro (1962):

O período do tropeirismo foi de apogeu social. Os tropeiros eram empreiteiros valentes e audazes, de vida rude, correndo riscos de tãda espécie na travessia de rios caudalosos ou ao suportarem as intempéries, as geadas e as geladas ventanias, a eventualidade de ataque de índios e outros mil perigos” (CARNEIRO, 1962, p. 48).

O historiador Wachowicz (1972) aponta mais algumas atividades que o tropeiro realizava nesse período, conforme descrito a seguir:

[..] desempenhava por contra própria o trabalho do correio, numa época em que o mesmo era praticamente inexistente no interior; era o homem que trazia as notícias dos últimos acontecimentos aos vilarejos por onde passava; era também o portador de bilhetes, recados e o intermediários de muitos negócios (WACHOWICZ, 1972, p. 77).

Nos Campos Gerais desenvolveu-se dois tipos de tropeiros, os de “tiro curto” ou “mala nos tentos” e os de “tiro longo” (MAGALHÃES FILHO, 1996). O primeiro grupo trabalhava com capital de terceiros, e o segundo detinha capital próprio para fazer a aquisição de animais e levá-los para comercializar. Além da diferença de poder aquisitivo, os tropeiros de tiro curto partiam do segundo planalto paranaense, entre o mês de julho e agosto, com destino à Cruz Alta ou Vacaria, – ambas cidades gaúchas – para adquirirem sua tropa, e em seguida retornavam aos Campos Gerais, ou Curitiba para realizarem o processo de invernada¹⁴, durante 6 meses, antes de levarem à feira de Sorocaba. Por outro lado, os tropeiros de tiro longo, partiam para os pampas gaúcho, logo no final de janeiro e ao invés de comprar o gado “pronto”¹⁵ em Cruz Alta ou Vacaria, eles iam até a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, onde além de comprarem uma grande quantidade, eles conseguiam preços e qualidade dos animais, muito melhores. Antes de voltarem ao Paraná, para realizarem o processo

¹⁴ Devido à longa distância entre o Rio Grande do Sul e Sorocaba, na região de Curitiba e Campos Gerais, os tropeiros repousavam junto de sua tropa, para que os animais se recuperassem e ganhassem peso, antes de serem levadas à Sorocaba para negociação (SANTOS, 2001).

¹⁵ Os gados comercializados em Cruz Alta e Vacaria, já estavam aptos para serem levados ao Paraná, pois, os que eram comprados no Uruguai necessitavam passar um tempo em solo gaúcho, para se adaptarem àquele tipo de ambiente, caso contrário, havia uma perda considerável da quantidade de animais adquiridos (CARNEIRO, 1962).

da invernada, era realizado o processo de adaptação dos gados, em solo gaúcho. (CARNEIRO, 1962).

Paralelamente ao tropeirismo, estabeleceu-se à pecuária - criação de gado -, que segundo Carneiro (1962), não se pode incorrer no erro de não distinguir essas duas atividades. Havia casos em que donos de terras dedicavam-se ao tropeirismo, à criação ou apenas alugavam suas terras, para tropas de terceiros realizarem suas respectivas invernadas. (MAGALHÃES FILHO, 1996). Dedicar-se apenas à criação se demonstrava muito vantajoso, conforme descrito pelo naturalista e viajante francês, Saint-Hillaire, em sua passagem pelo Paraná, em 1820:

Desfrutam os Campos Gerais de vantagem que devo ressaltar. A criação de gado, a que todos geralmente se dedicam, requer poucos escravos, ao contrário do que acontece com fabrico de açúcar e a mineração. (SAINT-HILLAIRE, 1964, p. 17).

O ciclo econômico do tropeirismo teve o seu auge alguns anos antes do início Guerra do Paraguai¹⁶. O declínio da atividade tropeira está relacionado com a construção das estradas de ferro Curitiba – Paranaguá, no ano de 1875 e de forma definitiva, com a via férrea que conectava o estado do Rio Grande do Sul com São Paulo, na primeira década do século XX (CARNEIRO, 1962).

Além do mais, as atividades da pecuária e tropeirismo no Paraná, propiciaram a formação de uma elite econômica e política, que inclusive tiveram influência no processo de emancipação política do estado, que desmembrou da província de São Paulo, em 1853 (MAGALHÃES FILHO, 1996). Boa parte desses proprietários de terras que surgiram no desenvolvimento do comércio de animais, também fizeram de outra classe com poder financeiro e político que viria seguir: os produtores da erva-mate. Paralelo ao ciclo econômico ervateiro no Paraná, a partir da segunda metade do século XIX, de forma mais tímida, houve também o desenvolvimento da economia madeireira (MAGALHÃES FILHO, 1996).

3.3 CICLO DA MADEIRA

¹⁶ A Guerra do Paraguai foi um confronto que colocou a Argentina, Brasil e Uruguai lutando contra o Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870. Esse foi o maior conflito bélico que ocorreu em território sulamericano (AMAYO, 1995).

O estado do Paraná tem em seu vasto território uma grande variedade vegetal. De acordo com o IBGE (1992), na porção leste está concentrada a Floresta da Mata Atlântica, ao oeste da Serra Do Mar, encontra-se de forma abundante, a Floresta de Araucária¹⁷ distribuída por todos os planaltos. Além dessas floras citadas, existem outras, em menores proporções, como a Floresta Estacional, Savana e Estepes. Conforme Carneiro (1962), o comércio madeireiro no Paraná até o final do século XIX ficara restrito apenas à região litorânea, onde suas exportações centralizaram-se em madeira de lei¹⁸, como: cedro; imbuia; canela preta; sassafráz; carvalho; araribá; peroba e entre outras. O mesmo autor reforça que no primeiro quartel do século XIX, a exportação de madeira representava 8,21% da exportação total da 5ª Comarca¹⁹. Nessa época, os seus principais compradores eram Rio de Janeiro, Montevideu, Chile, Rio Grande do Sul e Laguna (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Mesmo com todas as adversidades dessa atividade, havia muita expectativa em expandir o comércio da madeira de pinho. Em sua visita ao Paraná, em 1820, o botânico Saint-Hillaire se impressionou com as características fisiológicas do Pinheiro:

A Araucária não só ornamenta os Campos Gerais, como ainda é uma árvore muito útil aos habitantes da região. A sua madeira, de raros veios côr de vinho, pode ser empregada na carpintaria e na marcenaria, e conquanto mais dura, mais compacta e mais pesada que o pinho da Rússia ou da Noruega, certo será eficientemente aproveitada na mastreação de navios desde que se estabeleçam fáceis meios de comunicação entre os Campos Gerais e o litoral. (SAINT-HILLAIRE, 1964, p. 12)

Outra personalidade que observara o potencial da extração de madeiras no Paraná, fora o primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos – de 1853 à 1855:

¹⁷ Neste trabalho será utilizado os seguintes sinônimos, em referência à árvore Araucária: Pinheiro; Pinheiro do Paraná e Pinho (CARVALHO, 2002).

¹⁸ No período colonial, a extração de madeiras nativas só era permitida com a autorização da Coroa Portuguesa, daí, a origem da expressão. Essas espécies de madeiras são consideradas nobres, pois são mais pesadas, densas e resistentes à ataque de insetos e pequenos organismos (IBF, 2022).

¹⁹ Em 1710, foi fundada a Capitania Geral de São Paulo, que abrangia os territórios das capitanias de Paranaguá, São Vicente, Santo Amaro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e se estendia para o sul da colônia. Nesse momento, o território paranaense passou a estar sob o regime paulista, com a denominação de 5ª Comarca de São Paulo, com sede em Paranaguá até 1853, ano da emancipação política do Paraná (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969).

[...] O comércio de madeiras há de prosperar consideravelmente, no futuro, atenta a imensa cópia delas (próprias não só para diversas obras como para a construção naval) que existe tanto no litoral, como serra acima, onde os olhos dos viajantes descortinam matas sem fim de pinheiros, por hora só aproveitadas no limitadíssimo consumo da Província, e que somente esperam para descerem a prover maiores mercados, uma estrada que, ao contrário das atuais, permita conduzi-las a um bom porto de embarque. (VASCONCELOS *apud* WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969, p. 139)

A Araucária por estar concentrada nos planaltos paranaenses, sua exportação só foi possível com abertura da Estrada da Graciosa, no ano de 1873, que conectava Curitiba com Antonina (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Porém, os mesmos autores afirmam o que de fato impulsionou esse mercado, foi a inauguração da estrada de ferro Curitiba – Paranaguá, em 1885. Essa infraestrutura atraiu diversos empresários a instalarem suas serrarias próximas à via, otimizando ainda mais a logística. O pinho também ganhou importância na indústria ervateira, pois a erva era inicialmente embalada em surrões²⁰ produzidos em couro de gado, que eram fixados no lombo de muares. Contudo, já no final do século XIX, esses rústicos bolsões foram substituídos por barricas de pinho (LINHARES, 1969).

Com o início do funcionamento da estrada de ferro, para impulsionar ainda mais a exportação de madeira, o então presidente da província, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, concedeu isenção de imposto provincial e municipal, além tarifas especiais para a logística da matéria prima (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969).

O mercado madeireiro, que outrora fora pouco explorado comercialmente até meados de 1880, no século seguinte passou a ganhar protagonismo na economia paranaense ao lado da erva-mate, observe na TABELA 2, os valores financeiros de exportações das duas matérias-primas, entre 1856 e 1910:

TABELA 2 - VALOR DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE ERVA MATE E MADEIRA - 1856 A 1910

Período	Erva-mate (mil réis)	Madeira (mil réis)
---------	----------------------	--------------------

²⁰ Define-se “surrão” como “Espécie de bomal de couro usado pelos pastores para levar comida e objetos de seu uso; Sacola de couro usada para guardar coisas, especialmente cereais.” (SURREÃO, 2022).

1856 – 57	2.193.872	36.539
1857 – 58	1.893.597	34.609
1908 – 09	18.320.813	1.049.156
1909 - 10	20.639.693	1.729.183

FONTE: MAGALHÃES FILHO (1996)

A Primeira Guerra Mundial impactou positivamente no crescimento no comércio de madeira paranaense, pois com as importações e exportações reduzidas no continente europeu, o preço da madeira subiu fortemente no mercado internacional, proporcionando um cenário muito favorável ao setor empresarial de madeireiros do Paraná (WACHOWICZ, 1972).

Até a década de 1930 as serrarias estavam aglomeradas próximas às linhas férreas do Paraná²¹, mas com implementação do uso de caminhões na logística do mercado madeireiro, foi possível o desenvolvimento de engenhos de serra distantes das ferrovias, em regiões inexploradas de matas de Araucárias. Essa expansão produtiva, aliada aos efeitos da crise mundial de 1929²², fizeram com que a madeira se tornasse o principal produto de exportação do estado paranaense, seguido do café e erva-mate a partir de 1930. (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969). Poucos anos mais tarde, o ciclo cafeeiro assumiria o protagonismo no Paraná.

²¹ Até meados da década de 1930, o Paraná contava com as seguintes ferrovias em seu território, em ordem cronológica: Estrada de ferro Curitiba – Paranaguá, 1885; São Paulo – Rio Grande, 1905; Norte do Paraná, 1908; Ramal Paranapanema, 1911; Ramal Serrinha – Nova Restinga, 1914; Mate – Laranjeiras, 1918; Ourinhos – Cambará, 1924; Guarapuava, 1934. (KROETZ, 1985).

²² Também conhecida como “A Grande Depressão”, a crise econômica de 1929 afetou fortemente o mercado de agricultura do Brasil (FAUSTO, 2019). O Paraná que tinha como o seu principal produto a erva-mate, a partir dessa recessão mundial, esse bem perdeu protagonismo na economia do estado (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969).

4 ERVA-MATE

A erva-mate, conhecida cientificamente como *Ilex paraguariensis* foi denominada assim pelo botânico Auguste de Saint-Hillaire, onde ele baseou-se em amostras coletadas na região de Curitiba, em sua passagem no ano de 1820, e que foram enviadas para o Museu de História Natural de Paris (HILLAIRE, 1964). O naturalista francês escolheu este nome, pois acreditava que esta planta era original do Paraguai (DANIEL, 2009).

Esta espécie de planta é encontrada naturalmente no nordeste da Argentina, nas províncias de Misiones e Corrientes, no leste do Paraguai e no Norte do Uruguai. No Brasil, essa planta é amplamente concentrada nos estados do Sul, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por outro lado, com menores índices de ocorrência: no Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; São Paulo; e Rio de Janeiro (CARVALHO, 2003). Veja essa distribuição em solo brasileiro, representado pelos pontos verdes na FIGURA 6.

FIGURA 6 - LOCAIS IDENTIFICADOS DE OCORRÊNCIA NATURAL DA ERVA-MATE, NO BRASIL



FONTE: CARVALHO (2003, p. 459)

De modo geral, o mate é conhecido com diversas denominações e que serão adotadas neste trabalho, tais como: mate, erva-mate, chá-mate, erva do Paraguai,

mate verdadeiro, erva verdadeira, erveira, caáguasçu, congonha, chá dos Jesuítas, erva do diabo ou ouro verde (SAINT-HILAIRE, 1964; DANIEL, 2009).

4.1 DESCOBRIMENTO DA ERVA-MATE PELAS NAÇÕES IBÉRICAS

Estudos realizados por Aranha (1967) e Linhares (1969), apontam que o mate era um ingrediente largamente utilizado na dieta dos índios guaranis, que ficavam instalados próximos aos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Em territórios que a erva-mate não florescia, já existia um sistema de comércio desse erval entre tribos nativas da América do Sul, inclusive com regiões localizadas ao oeste da Cordilheira dos Andes – na costa do Oceano Pacífico. Essa tese confirma-se, com os primeiros achados arqueológicos de erva-mate, datando mil anos antes de Cristo. Os vestígios encontrados estavam em túmulos incas, em Ancon, no Peru, conforme relatado pelo historiador Souza (1969). Essa civilização pré-colombiana, colocava folhas de mate, armas, tecidos e joias em suas sepulturas (LINHARES, 1969).

O primeiro contato dos colonizadores europeus com a erva-mate, deu-se a partir da chegada dos espanhóis na região do Paraguai, em 1536. Quando esses exploradores alcançaram a região de Guairá²³, depararam-se com guaranis consumindo o mate. “Interessados pelo produto, transportaram-no para Assunção, encarregando-se de sua difusão entre os colonizadores. A partir desta época, o consumo do mate se vai generalizando nos lares dos colonos.” (ARANHA, 1967, p. 3).

No final da segunda metade do século XVI, os jesuítas passaram a condenar o consumo da erva-mate, pois devido aos seus efeitos estimulantes²⁴, esses missionários consideravam a ingestão do mate tão profano quanto ao vício em álcool. Esta proibição acabou não surtindo o efeito esperado, devido a propagação já instaurada entre os hábitos dos colonos, e acabou sendo desconsiderada poucos

²³ Antigo território do Império Espanhol até divisão em 1617; tomou-se uma grande região geográfica no Brasil meridional desde 1870, em grande parte coincidente com o atual estado do Paraná. O Guairá tinha como limites ao norte o rio Paranapanema, ao sul o Iguazu, a oeste o rio Paraná e a leste as serras de Guarayrú (Cardozo, 1970, p.14)

²⁴ A cafeína encontrada na erva-mate existe em porcentual não inferior à do café, e sua exploração é economicamente viável; apresenta teores que podem alcançar até 2,2% nas folhas novas, diminuindo nas folhas adultas e mais velhas. A cafeína é responsável pela ação estimulante do chimarrão ou do chá-de-mate. (CARVALHO, 2003, p. 464)

anos depois. A respeito disso, Linhares (1969, p. 14) faz a seguinte observação: “Se pode inferir terem sido os espanhóis que abriram os olhos dos jesuítas para o lado positivo do mate, as suas possibilidades de negócio, o que o produto final, valia como riqueza explorável, de grande riqueza comercial.”

No início do século XVII, em 1610, começaram a ocorrer os primeiros ensaios de cultivos de erva-mate pelos missionários hispânicos, na província do Paraguai. Nesse período, apesar de rudimentares, é possível identificar os primeiros indícios de organização laboral e progresso técnico na produção ervateira, conforme descrito por Aranha (1967, p. 4).

[...] introduziu-se o braço escravo; fixou-se o homem à terra com o início de povoamento; melhoraram-se as condições do solo e da cultura mediante o uso de implementações agrícolas. A descoberta do processo de germinação das sementes possibilitou a formação de extensos ervais nas reduções, mediante um método eficaz de propagação da árvore. Pela primeira vez, introduziu-se o malhador ou cancha, solucionando, assim, o difícil problema do baixo coeficiente germinativo da semente [...]. Com a organização do trabalho aumentou-se a quantidade produzida, colocando-se o problema da sua distribuição. Foi quando, numa primeira tentativa de comercialização dos produtos agrícolas, surgiram os entrepostos jesuíticos.

Conforme Linhares (1969) relata, esse aprimoramento da produção propiciou a expansão das plantações, nas regiões das Missões jesuíticas espanholas do Paraguai, e além disso, o monopólio da comercialização e exportação nos maiores mercados consumidores de erva-mate – Buenos Aires, Assunção e Montevideu. O mesmo autor descreve que essa organização comercial perdurou até 1768, ano em que os jesuítas foram expulsos²⁵ da América espanhola. Após esse acontecimento, criou-se uma redução drástica de oferta deste produto, tornando esse mercado atrativo à entrada de novos produtores.

No intervalo de tempo, entre 1610 e 1768, em que os jesuítas espanhóis monopolizaram a comercialização de erva-mate na América do Sul, os colonos portugueses também tiveram contato com esta planta. Linhares (1969) relata que essa primeira interação tenha ocorrido entre 1628 e 1632, com as invasões de bandeirantes às missões de Guairá. “Aliás, foram os bandeirantes, sem dúvida [...] os primeiros a trazer a notícia e o hábito da bebida, vislumbrando as possibilidades de riqueza de seu comércio com o Rio da Prata.” (LINHARES, 1969, p. 69). Com a erva-mate cada

²⁵ Para mais detalhes, consultar Rodrigues (2014).

vez mais difundida entre os sertanistas paulistanos – boa parte deles estavam instalados em territórios que hoje pertencem ao estado paranaense –, o ouvidor Rafael Pires Pardini orientou à realeza lusitana sobre as oportunidades comerciais acerca do cultivo desta planta. Foi então, em 1722, que o rei português João V assinou uma carta régia, autorizando os paranaguenses a exportarem a erva-mate, com intuito de conquistar mercado nos países sul-americanos (ZATTI, 2017).

Apesar dessas medidas comerciais adotadas, conforme visto anteriormente, o foco das atenções na colônia brasileira no início do século XVIII estava voltada à exploração do ouro na região das Minas Gerais. Essa mobilização tornou não atrativo o investimento de capital neste cultivo, para que houvesse um desenvolvimento efetivo deste mercado. Além disso, existiam problemas de logística terrestre e fluvial que conectavam a costa leste do Paraná – Curitiba e Paranaguá – com as províncias platinas (ARANHA, 1967). Outro problema agravante “era o alargamento cada vez maior da exportação jesuítica, concorrência impossível de ser vencida pela nossa incipiente iniciativa privada, diante de seus poderosos recursos e do domínio absoluto que exercia nos mercados.” (LINHARES, 1969, p.72)

A oportunidade para a exportação da erva do Paraná foi possibilitada por dois ocorridos. O primeiro foi devido à expulsão dos jesuítas da América espanhola, em 1768, conforme visto anteriormente – principal fonte de abastecimento do produto, no continente sul-americano. Porém, no final do século XVIII, produtores na região do Paraguai passaram a atender a demanda deixada pelos missionários. Sendo assim, o segundo acontecimento que beneficiou o desenvolvimento da produção ervateira no estado paranaense foi graças à determinação do ditador paraguaio Francia que estabeleceu o monopólio estatal da comercialização da erva-mate, em 1813 (LINHARES, 1969). O motivo dessa restrição era consolidar a luta pela consolidação da independência, destinar toda a produção paraguaia para o consumo interno, fechar-se para as nações estrangeiras – exceto o Brasil. Para isso, bloqueou as atividades fluviais no Rio Paraguai e Paraná, por onde eram exportados seus produtos (MAESTRI, 2014).

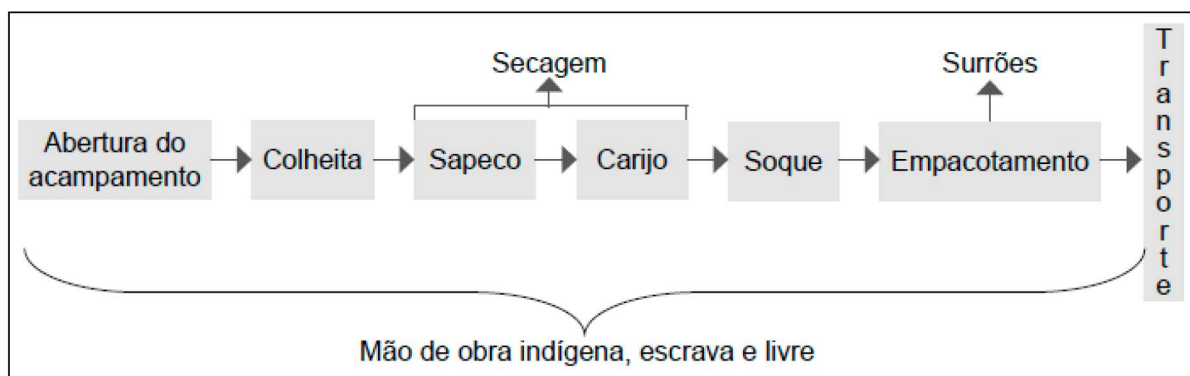
Esse cenário gerou um desabastecimento em toda América Meridional, viabilizando a expansão da produção de erva-mate no estado paranaense. Embora o contexto fosse totalmente favorável aos produtores do Paraná, existia uma certa dificuldade para conquistar os mercados consumidores, pois a qualidade do produto brasileiro era inferior ao dos paraguaios. “Se o mate do Paraguai é de qualidade

superior ao do Brasil, deve-se isto à diferença do processo empregado na preparação da planta” (SAINT-HILLAIRE, 1964, p. 140).

O período entre o início da comercialização da erva-mate no Paraná até o ano de 1820, as técnicas de cultivos eram bem rudimentares. “As ferramentas de trabalho eram basicamente manuais: facões, machados, soques, entre outras” (DA ROSA; SOUZA, 2019, p. 15). A congonha comercializada precisava passar por um processo de cancheamento e beneficiamento²⁶. Nesta época, apenas em Curitiba e Lapa se fazia esse segundo procedimento (LINHARES, 1969).

O processo produtivo se dava da seguinte maneira: depois de colhida as folhas e ramos da congonha, a matéria prima era sapecada para que não fermentasse e nem perdesse sua cor e aroma. Em seguida ela passava por mais um processo de secagem, agora no carijo, uma armação de varas em que se suspende a ramagem. Na sequência, este insumo era moído manualmente com pilões de madeira. Dessa maneira se obtinha o produto final para consumo. (DA ROSA; SOUZA, 2019). As etapas desta produção estão resumidas na FIGURA 7.

FIGURA 7 - ETAPAS DA PRODUÇÃO ARTESANAL DE ERVA-MATE



FONTE: ROSA; SOUZA (2019, p. 18)

Linhares (1969) relata que neste período, a mão-de-obra utilizada era suprida por força laboral escrava e assalariada. Tal cenário passaria a mudar, com a instalação do primeiro engenho de beneficiamento do Brasil, na cidade de Paranaguá, em 1820.

²⁶ Segundo a Definição de Magalhães Filho (1995), a erva-mate cancheada era semi-elaborada, por outro lado, a beneficiada era de caráter industrial.

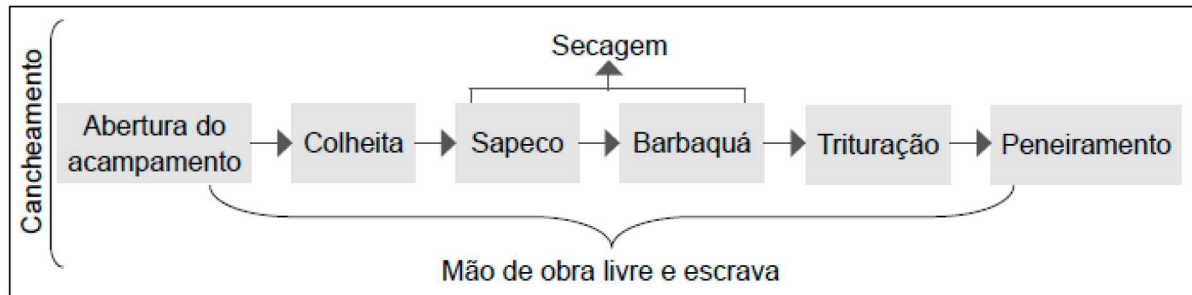
4.2 PRIMEIRO CICLO: 1820 – 1875

Como visto anteriormente, a instalação da corte portuguesa no Brasil e abertura dos portos em 1808 foi fundamental para estreitar a relação da economia brasileira com o restante do mundo. Além disso, os acontecimentos políticos no Paraguai também foram extremamente importantes para que a cultura de erva-mate assumisse protagonismo na Quinta Comarca de São Paulo.

Na literatura sobre a formação econômica paranaense, é unanimidade que a chegada do empresário argentino Francisco Alzaragay em 1820 foi crucial para o início do ciclo da erva-mate e industrialização no Paraná (CARNEIRO, 1967; LINHARES, 1969, SANTOS, 2001; WESTPHALEN, 1998). Este produtor morava no Paraguai antes de vir para o Brasil, e teve contato com as técnicas utilizadas naquele país, dessa forma, quando chegou em solo paranaense implementou em Paranaguá, a primeira fábrica de beneficiamento de congonha. “Com a presença de Alzaragay entre nós, as erveiras passaram a ser mais bem podadas, a secagem feita à moda paraguaia e as folhas trituradas puderam satisfazer melhor ao paladar dos consumidores platinos.” (LINHARES, 1969, p. 77)

Neste ciclo são implementados os engenhos hidráulicos para beneficiar a erva cancheada. Segundo Rosa e Souza (2019), os processos de extração do produto primário e sapeco praticamente não se alteraram. A segunda parte da secagem o carijo dá lugar ao barbaquá, uma espécie de fornalha que dava acesso ao depósito da ramagem – essa técnica secava mais rápido e foi trazida do Paraguai. Em seguida ela seguia os procedimentos de trituração e peneiramento, e dessa maneira se obtinha a erva cancheada, conforme descrito na FIGURA 8. Em geral, esse insumo era produzido por pequenos produtores, que o vendia aos engenhos de beneficiamento local, ou para o mercado externo (ECKERT, 2011).

FIGURA 8 - ETAPAS DO CANCHEAMENTO DE ERVA-MATE NO CICLO DOS ENGENHOS HIDRÁULICOS



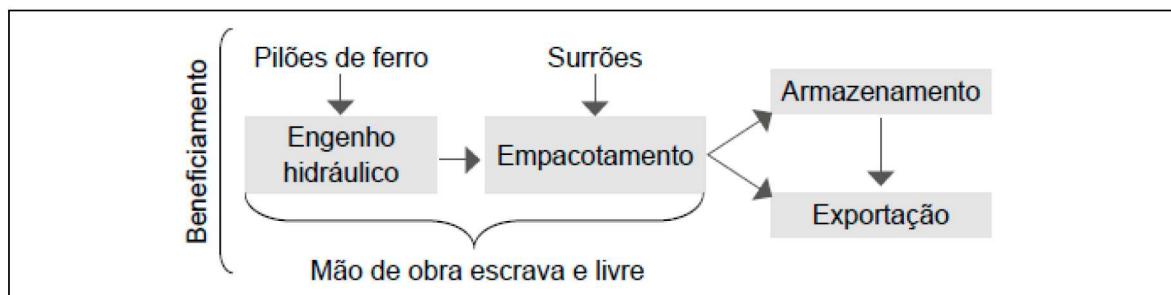
FONTE: ROSA; SOUZA (2019, p. 22)

Com a instalação de engenhos de soque como os de Alzaragay em 1820, depois Manuel Miró²⁷ no ano seguinte, a erva cancheada passou a ser beneficiada, garantindo um produto final mais refinado e em menos tempo, ou seja, houve um ganho de produtividade nesse processo (ROSA; SOUZA, 2019). Em seguida, Antônio Ricardo dos Santos implementa o primeiro soque hidráulico, passando a produzir 120 arrobas diárias de erva-mate (WESTPHALEN, 1971). Segundo Linhares (1969), essas implantações passaram a exigir uma mão-de-obra com certas qualificações e habilidades, bem como a escravidão não proporcionava. Porém, ainda se empregava força de trabalho escrava, como relatou Santos (2001): “num engenho de mate empregava-se mão-de-obra livre e escrava.

Os engenhos hidráulicos que beneficiavam a congonha cancheada eram instalados estrategicamente perto de rios e riachos, para que pudessem captar o movimento da água através de seus moinhos, desse modo era gerado energia para mecanização dos pilões de ferro para a moagem. Linhares (1969) relata que outra inovação notada neste período foi a implementação de surrões de couro para embalar o mate e favorecer o transporte e possibilitando que este produto se tornasse competitivo no mercado platino. Veja o resumo dessa cadeia produtiva, na FIGURA 9.

FIGURA 9 - ETAPAS DO BENEFICIAMENTO DE ERVA-MATE NO CICLO DOS ENGENHOS HIDRÁULICOS

²⁷ Espanhol que conhecia as técnicas de fabrico hispano-americanas tornando-se proprietário de um engenho em Morretes, e se entrelaçando aos produtores de congonha no litoral paranaense (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1969).



FONTE: ROSA; SOUZA (2019, p. 22)

A escassez de dados referentes aos números de produção e exportação de erva-mate no Paraná, anteriores a data de 1820, impossibilita a comparação com períodos posteriores. Os autores Westphalen, Balhana e Machado (1969) mostram que já na década que os primeiros engenhos hidráulicos são instalados em solo paranaense, o mate começa a ganhar protagonismo na economia local. Em 1826, a congonha representava 69,81% das exportações do porto de Paranaguá²⁸. Segundo Linhares (1969), entre as décadas de 1830 e 1850, surgiram em torno de 70²⁹ engenhos de erva-mate no Paraná, dispersos no percurso entre o litoral e o segundo planalto, mais especificamente, na Lapa. É possível observar na TABELA 3, a ascensão da congonha, na balança comercial paranaense a partir de 1842, onde ela representava 84,24% do valor agregado, até o final da década seguinte, em que essa porcentagem chega a alcançar a impressionante marca de 94,56%.

TABELA 3 – NÚMEROS DA EXPORTAÇÃO DA ERVA-MATE PARANAENSE NO PORTO DE PARANAGUÁ ENTRE 1842-1859

Anos	Arrobas	Valor	%	Total ³⁰
42-43	155.244	318.905	84,24%	378.579
43-44	141.577	285.116		
44-45	176.275	344.582	86,99%	396.128
45-46	150.359	318.301		

²⁸ Importante ressaltar que a expressividade da erva-mate nas exportações no Paraná foi ainda maior, dado que as exportações do porto do município de Antonina não foram contabilizadas nos dados oficiais (RESENDE, 2006).

²⁹ “Na freguesia de Morretes havia 12 fábricas de soque, sendo 11 movidas a água e 1 com animais. Na estrada do Arraial, 13; todas eram movidas a águas. No rio Guarumbi há 2. Do Porto de Cima até as Campinas há 18. Das Campinas até Curitiba, 6. No circuito de Curitiba há 8, e só uma é movida por animais. De Curitiba à freguesia de Campo Largo e Lapa há mais 8. A expansão ervateira faz surgir a localidade de Porto de Cima com 86 prédios urbanos, arruamentos regulares, 8 lojas de negócios, 10 armazéns de molhados e tavernas e 20 fábricas de soque de erva.” (VIEIRA DOS SANTOS apud OLIVEIRA, 2001)

³⁰ Os espaços em branco na tabela é devido à ausência do número total de exportações nos respectivos anos.

46-47	183.523	361.151	84,25%	428.646
47-48	283.847	542.082		
48-49	372.775	706.772	87,38%	808.822
49-50	351.805	598.472	78,11%	766.209
50-51	335.682	558.770	86,22%	648.092
51-52	473.982	845.234	87,31%	968.066
52-53	307.986	527.620	83,82%	629.442
53-54	466.022	839.414	86,52%	970.189
54-55	364.907	731.885	76,65%	954.874
55-56	407.018	1.571.861	87,61%	1.794.180
56-57	426.050	2.193.782	94,56%	2.319.893
57-58	354.271	1.893.597	93,18%	2.032.287
58-59	321.744	1.078.910	92,39%	1.167.773

FONTE: ADAPTADO DE WESTPHALEN (1971)

A primeira metade do decênio de 1840 foi marcada por uma certa estagnação no comércio de erva-mate paranaense, isso se deu por dois acontecimentos. O primeiro aconteceu no final da década anterior, quando ocorreu o bloqueio francês ao porto de Buenos Aires, o que impedia praticamente qualquer desembarque comercial na capital argentina – nesse período houve apenas sete saídas de Paranaguá com destino à Buenos Aires, principal importador deste produto. O segundo fato foi a morte do ditador paraguaio Francia, em 1840, que proporcionara o fim temporário das restrições de exportações no Paraguai – essa medida afetava diretamente o mercado ervateiro paranaense, dado que o mate paraguaio ainda era preferido no mercado sul-americano, além disso a um custo mais baixo (WESTPHALEN, 1971).

Novas circunstâncias políticas na Argentina, Paraguai e Uruguai voltariam a favorecer a economia ervateira paranaense, a partir da segunda metade da década de 1840. Em janeiro de 1846, Carlos Lopez assume a presidência da República do Paraguai e interfere na dinâmica de exportação do mate paraguaio, vendendo-o a preços altos (WESTPHALEN, 1971). No início do decênio seguinte, os preços da erva mate começam a subir. O motivo dessa mudança, segundo Aranha (1967, p. 43), deu-se devido ao “aumento da procura, que foi ocasionado pela desvalorização cambial verificada no ano fiscal 1851/52 [...] e pela Guerra contra Rosas³¹. O início da guerra

³¹ Também conhecida como Guerra do Prata, foi um conflito que durou pouco mais de 5 meses entre 1851 e 1852. A origem de tudo foi quando o presidente argentino Juan Manuel de Rosas, uniu-se ao então ministro da guerra do Uruguai, Manuel Oribe, na tentativa de constituir um país único. Esses objetivos eram contrários à soberania brasileira, uma vez que o antigo vice-reinado era formado por terras pertencentes à província do Rio Grande do Sul, e aos interesses brasileiros de influência na região. A Guerra do Prata terminou com a vitória aliada na Batalha de Monte Caseros em 1852,

fazendo prever o uso da bebida, como incentivadora do bem-estar moral dos soldados”.

No cenário político paranaense também ocorreram eventos que impactaram positivamente o mercado ervateiro. Em 1853 ocorreu a emancipação política do Paraná que se desmembrou da Província de São Paulo. Na nova dinâmica local, políticas públicas passaram a buscar um maior fortalecimento do principal produto. As reivindicações da classe empresarial que se formara no Paraná, eram no sentido de “aumentar o valor da erva paranaense, melhorando a qualidade do produto, estabelecendo época de corte e maneira de beneficiamento, e depois, punindo os falsificadores” (VANALI, 2013, p. 47).

Esses eventos e alta dos preços estimularam uma proliferação – interiorização – de engenhos nos planaltos do Paraná, nessa mesma década, que também foi responsável por um aumento demográfico nessas regiões, conforme relatado por Macedo (1995, p. 58):

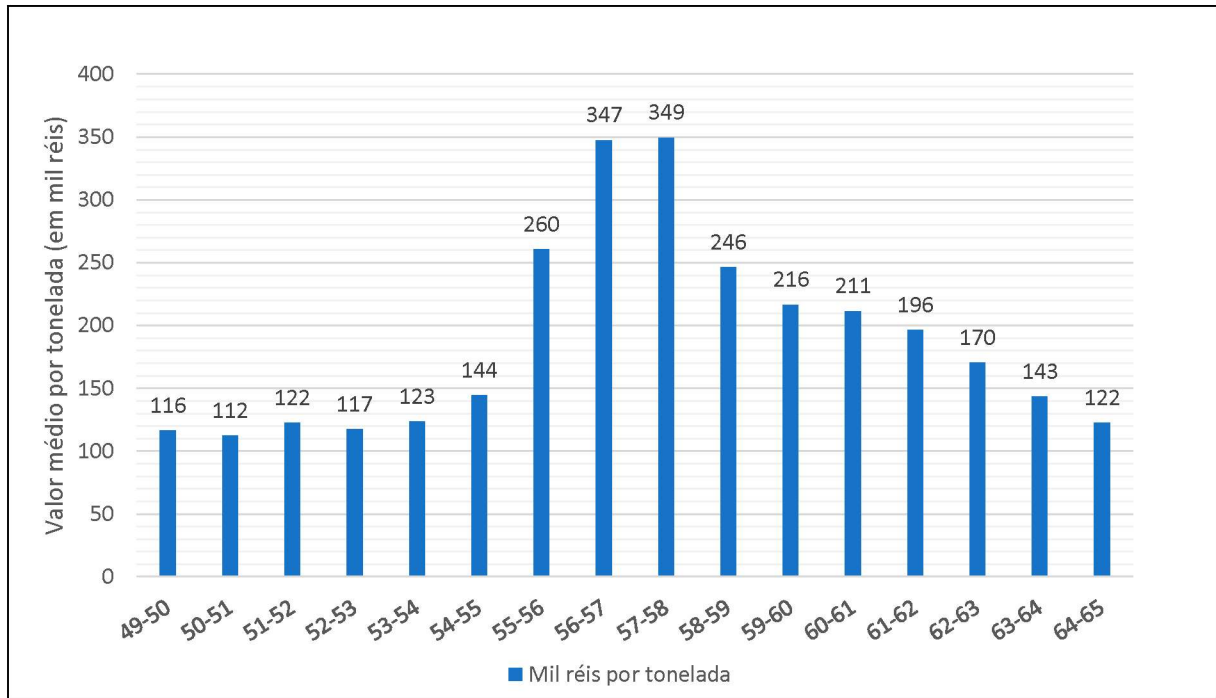
“Também o interior transformou-se com a crescente importância da indústria do mate, pois a intensificação do extrativismo favoreceu a ocupação de áreas basicamente inexploradas. Neste caso situa-se o deslocamento de antigos habitantes de Campo Largo no sentido dos atuais municípios de São João do Triunfo, São Mateus, Rio Claro, Mallet, Rebouças, Irati.”

Os efeitos crescentes dessa movimentação no mercado ervateiro nos anos 1850, podem ser observados com mais detalhes através dos valores de exportação pelo porto de Paranaguá na (TABELA 3) e de preços no gráfico da FIGURA 10.

FIGURA 10 – GRÁFICO DO VALOR MÉDIO POR TONELADA EXPORTADA DE ERVA-MATE PELO BRASIL ENTRE 1849 E 1865 (BASE: 1903 a 1912 = 100)³²

estabelecendo a hegemonia brasileira na região do Prata e gerando estabilidade política e econômica no Império do Brasil. Mas, a instabilidade nos demais países permaneceria. (BARROSO, 2000)

³² Para ter acesso à tabela de dados, verificar ANEXO 1.



FONTE: ADAPTADO DE ARANHA (1967, p. 42)

Depois de um próspero período vivenciado por quase toda a década de 1850, em 58/59 o mercado ervateiro vive a sua primeira crise, devido à crise financeira mundial de 1857 (ARANHA, 1967), que culminou num excesso de oferta, e conseqüentemente fazendo o valor médio despencar em mais de 65%, entre 1857 e 1865, vide (FIGURA 10). Outro fator agravante neste período, ocorreu em “1862 com a comercialização do mate paraguaio por um preço muito inferior ao brasileiro.” (VANALI, 2013, p. 20).

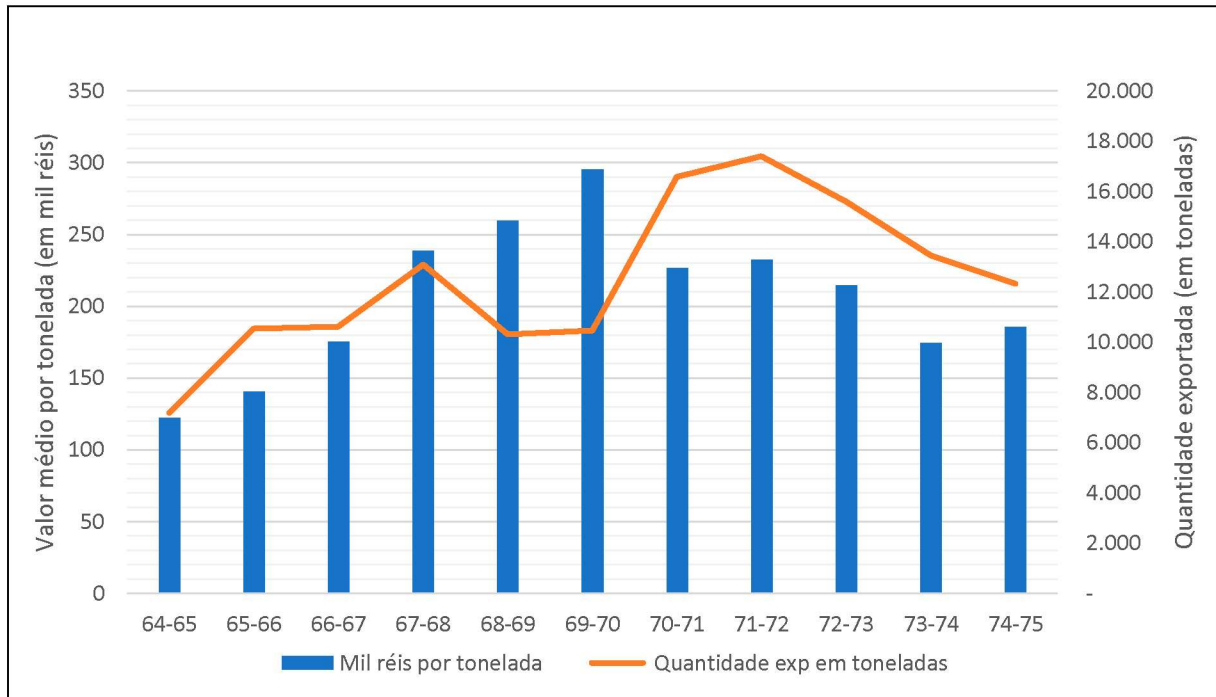
O mercado ervateiro iria se comportar no período da guerra do Paraguai – entre 1864 e 1870 –, semelhantemente à do Prata, em relação ao consumo militar. Com o final deste confronto, o Paraguai foi o país mais prejudicado, pois a maioria das batalhas ocorreram em seu território, o que acarretou numa grande destruição material e de perda humana³³ (AMAYO, 1995).

Conforme relatado por Aranha (1967), no período da guerra do Paraguai, a importação de erva-mate pelos países aliados do Brasil se concentraram no mercado brasileiro. Na FIGURA 11 é possível verificar o valor médio do mate saltar de 122 mil réis por tonelada, para 295, ou seja, um aumento de 241,8%. Ainda segundo o mesmo

³³ Há uma certa imprecisão quanto as estatísticas dos censos realizados no país depois do conflito, sendo a estimativa mais aceita de aproximadamente 150 mil paraguaios mortos. Em contrapartida, Argentina, 18 mil mortos, Brasil 50 mil e Uruguai 3,12 mil (DORATIOTO, 2002).

autor, parte dessa movimentação deu-se pela oferta que se manteve praticamente constante.

FIGURA 11 - GRÁFICO DO VALOR MÉDIO POR TONELADA E QUANTIDADE EXPORTADA DE ERVA-MATE PELO BRASIL ENTRE 1864 E 1875 (BASE: 1903 a 1912 = 100)



FONTE: ADAPTADO DE ARANHA (1967, p. 54;58)

Este confronto desarticulou integralmente a economia paraguaia, principalmente em relação à exportação da erva-mate na América do sul, dado que os maiores compradores eram seus inimigos. Dentro desse cenário, Santos (2001, p. 51) faz a seguinte observação sobre essas consequências:

"A situação de guerra entre o Brasil e o Paraguai teve resultados benéficos para o mate paranaense. A guerra eliminou a concorrência paraguaia e reabriu os mercados do Prata ao produto paranaense, graças à aliança militar estabelecida entre o Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai"

Entre 1872 e 1875, novamente crises em economias centrais – França, 1872 e Estados Unidos 1873 – impactaram a capacidade de importar na América do Sul. Além disso, o Brasil pegou um empréstimo externo, em 1871, para ajudar nas despesas que tivera na guerra do Paraguai, que acabou acarretando numa valorização cambial. Porém esse aumento de poder de compra desestimulou

importadores da erva-mate, mesmo com o seu preço real ter diminuído (ARANHA, 1967).

A partir de 1875 a economia ervateira começa a se recuperar e entra no seu ciclo seguinte. Na próxima seção serão mostradas os impactos das obras de infraestruturas que aconteceram no Paraná a partir da década de 1870, e os avanços tecnológicos que coincidem com a incrementação de políticas imigratórias, fazendo a indústria do mate local alcançar o seu auge.

4.3 SEGUNDO CICLO: 1875 – 1929

O último quartel do século XIX foi um período que segundo Simonsen (1973) e Prado Jr. (2004) ficou marcado como o primeiro surto industrial no Brasil. Esse movimento foi encabeçado por São Paulo através da indústria cafeeira, mas esse desenvolvimento também de certa forma afetou o estado paranaense, com a acentuada mecanização dos meios de produção ervateiro. O principal progresso técnico foi a substituição dos moinhos hidráulicos por engenhos à vapor.

A conclusão da Estrada da Graciosa na primeira metade da década de 1870, também foi fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia paranaense, pois possibilitou o um escoamento mais rápido e aumento gradativo da transferência de engenhos beneficiadores de mate que estavam concentrados no litoral, para os planaltos. Essa troca viria a facilitar muito a expansão do mercado ervateiro do Paraná, dado a aproximação dessas fábricas com o local que ocorria boa parte da coleta desta matéria-prima (VANALI, 2013).

Seguindo essa tendência, em 1878, Ildefonso Pereira Correia³⁴ se mudara de Antonina para Curitiba. Na capital paranaense, ele “adquire o engenho Iguaçu (na rua Comendador Araújo) e projeta com ajuda técnica do engenheiro Francisco Camargo Pinto, formado em Londres, o engenho Tibagy, concluindo em 1884.” (VARGAS, 2009, p. 28). Para diversos autores, como Carneiro (1967), Linhares (1969), Santos (2001), e Westphalen (1998), foram essas duas figuras que encabeçaram o processo da indústria ervateira do Paraná atingir o seu apogeu.

³⁴ Foi um empresário e político brasileiro, e se transformou no maior produtor de erva-mate do mundo. Em 1888, recebeu o título de Barão do Império brasileiro. A partir disso passou a ser conhecido como Barão do Serro Azul (COSTA, 1981).

Conforme Pereira (1996), o engenheiro Francisco Camargo Pinto já estava trabalhando anteriormente na Europa em algumas soluções de automatização de beneficiamento do mate. Neste período, no ano de 1886 ele apresentou numa exposição algumas de suas invenções: uma roda hidráulica melhorada; um torrador e peneirador mecânico; além de um engenho de moer e um prensador para embalar congonha. Francisco foi responsável pela invenção de diversos equipamentos que aumentaram a capacidade produtiva, bem como a redução de trabalhos manuais, resultando em menores custos conforme descritos por Costa (1981, p. 21):

Os progressos vão ser constantes, tendo Francisco Camargo Pinto apresentado, em 1878, nova máquina aperfeiçoada para fabricar erva-mate, que preparava trabalhando a meia força, ou seja, a 6 de mãos de engenho, engenho quantidade superior a 100 Kg. Por hora e trabalhando a todo vapor, na razão, de 12 mãos de engenho fornecia mais de 300 Kg de erva-mate.

Os avanços tecnológicos criados por Francisco, transformaram-se em modelos para outros ervateiros que acabaram o contratando para implantar suas invenções em seus respectivos engenhos (PEREIRA, 1996). Veja a seguir no QUADRO 1, a relação das principais patentes deste inventor, aplicadas ao setor ervateiro e que foram fundamentais no funcionamento dos engenhos a vapor.

QUADRO 1 - PATENTES CONCEDIDAS AO ENGENHEIRO FRANCISCO CAMARGO PINTO

DECRETO N.	DATA	PATENTE
7.180	1 de março de 1879	Compressor de erva-mate
7.324	5 de julho de 1879	Peneira ou separador mecânico
7.888	9 de novembro de 1880	Máquina de moer mate
7.889	9 de novembro de 1880	Sistema de colher e preparar mate por meio de aparelhos
8.417	11 de fevereiro de 1882	Sistema de colher e preparar mate por meio de aparelhos

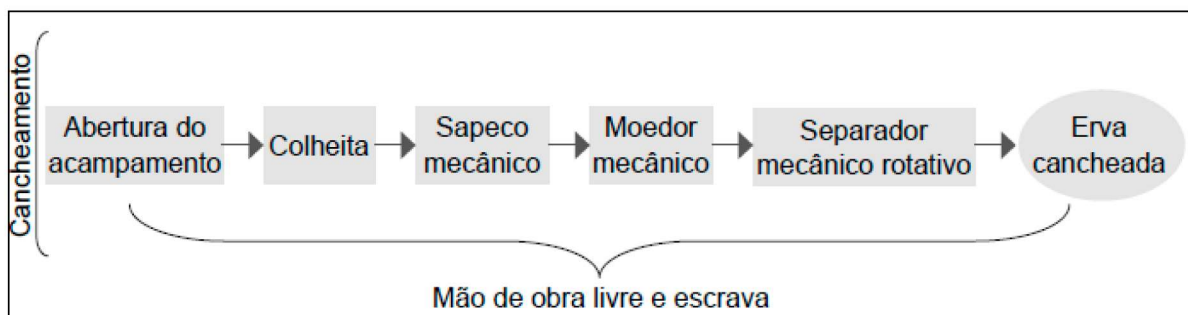
FONTE: ADAPTADO DE O AUXILIADOR (1884)

Vejamos como se dava as fases da cadeia produtiva de erva-mate nesse novo ciclo marcado pela implementação de novas tecnologias, muitas delas criadas por Francisco Camargo Pinto. De acordo com da Rosa e Souza (2019, p. 27), “com relação à cadeia produtiva, entretanto, vale ressaltar que as etapas de abertura do

acampamento e de colheita se mantiveram praticamente inalteradas e, portanto, dependentes do trabalho manual”. Porém, as etapas subsequentes tiveram profundas mudanças de automação operacional.

No processo de cancheamento, um sapecador mecânico substituiu o processo de secagem que antes era realizado de um sapeco manual e barbaquá, o que elevou significativamente as economias de escala. Seguindo a próxima etapa, o produto semimanufaturado, que outrora era triturado com auxílio humano e com pilões de madeira, nesse novo ciclo ele era moído com um moedor mecânico e por último, a ramagem triturada ia para um separador também mecanizado, dessa maneira, obtendo-se a erva cancheada (LINHARES, 1969). Este processo está resumido na FIGURA 12.

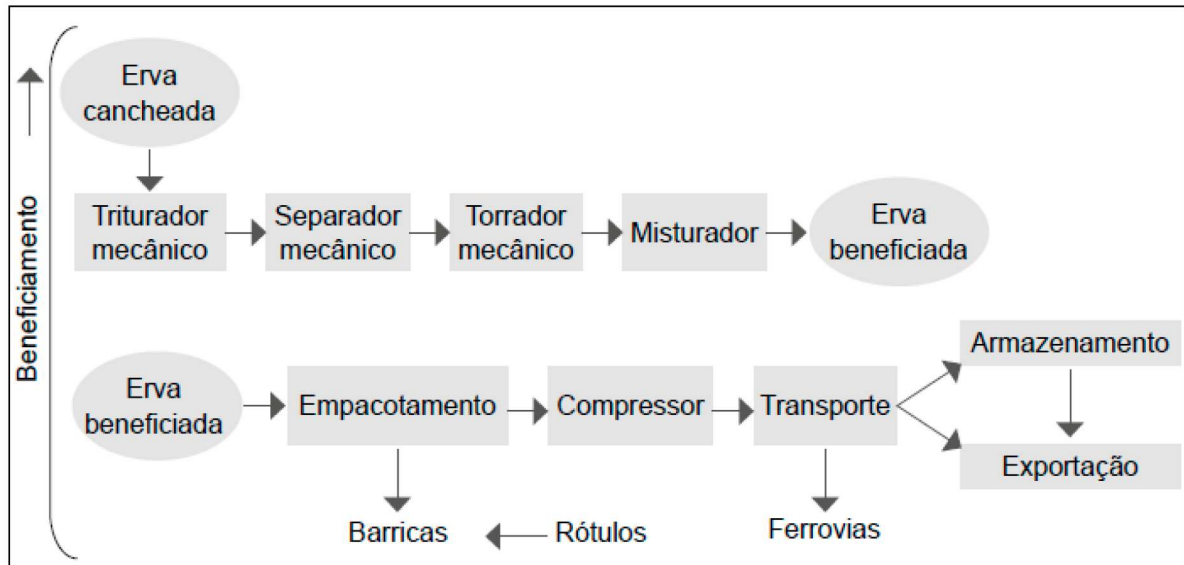
FIGURA 12 - ETAPAS DO CANCHEAMENTO DE ERVA-MATE NO CICLO DOS ENGENHOS A VAPOR



FONTE: ROSA; SOUZA (2019, p. 29)

Depois de cachear a erva, ela passava novamente pelo processo de trituração e peneiramento, a fim de se extrair um subproduto mais refinado para o beneficiamento. Em seguida, a erva passava por um novo processo de secagem e por último, ela passava por um misturador com intuito de obter dois tipos de erva-mate moída, a grossa e a fina. Todo esse processo tornava a mercadoria com um aspecto mais uniforme e durabilidade do gosto da bebida (DA ROSA; SOUZA, 2019). Finalizado o produto manufaturado, agora ele passava a ser embalado em barricas de pinho, ao invés de surrões de couro, o que aumentava a percepção de valor do produto, além de ser mais higiênico (LINHARES, 1969). Esse processo pode ser observado na FIGURA 13.

FIGURA 13 – ETAPAS DO BENEFICIAMENTO DE ERVA-MATE NO CICLO DOS ENGENHOS A VAPOR



FONTE: ROSA; SOUZA (2019, p. 30)

O progresso técnico além de ter aumentado a produtividade, reduzido custos de produção, também causou um apreço maior ao mate paranaense, conforme destacado por Westphalen (1998, p. 273): "Os mercados consumidores eram os mesmos, mas os incessantes esforços dos industriais paranaenses haviam melhorado o produto que, assim, ganhara a sua preferência".

Além dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva de preparo da erva-mate, na década de 1880, o estado do Paraná ganhou dois modais a mais para escoamento dos seus produtos: a navegação a vapor no rio Iguaçu, em 1882; e três anos mais tarde, a estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá. Esse cenário tornara esse mercado ainda mais atrativo, e estimulou diversos produtores locais a realizarem novos investimento para aumentarem suas respectivas capacidades de oferta (ARANHA, 1967). Observe na TABELA 4, o protagonismo econômico que a erva-mate apresentava na economia paranaense nos primeiros anos de funcionamento da sua linha férrea.

TABELA 4 - PRINCIPAIS PRODUTOS TRANSPORTADOS PELA ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ ENTRE 1886 E 1887

Gêneros	1886		1887	
	Toneladas	Mil réis	Toneladas	Mil Réis
Erva-mate	10.476	246:483	15.791	393:223

Madeira	2.891	14:473	5.476	25:570
Sal	1.168	21:454	2.213	42:948
Cereais	558	5:318	863	8:130

BRASIL (1889)

Apesar da erva-mate ter uma pequena expressão no cenário nacional³⁵, para o estado paranaense ela foi extremamente importante para o seu desenvolvimento. Nesse período acaba ocorrendo uma oligopolização do mercado, Oliveira (2001, p. 94) aponta os principais agentes no século XIX: "Praticamente dois grandes comerciantes (Serro Azul e Nácar³⁶) enviavam por meio de seus negócios 75% do total das exportações paranaenses".

Essa concentração dos meios de produção ocasiona um acúmulo de capital, que a partir disso consolida-se uma elite econômica e política local. Magalhães Filho (1996, p. 9-10) reforça que essa conjuntura é também:

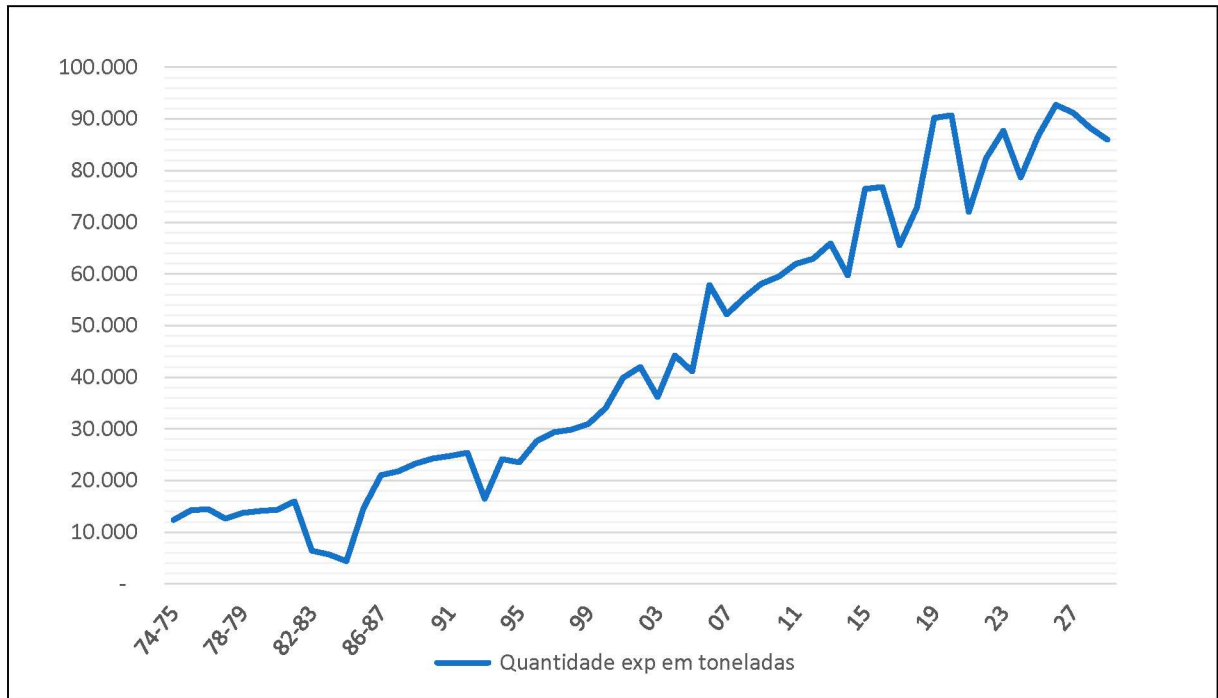
[...] reforçada pela crescente exploração madeireira e pelos segmentos industriais dela decorrentes e pelo surgimento de todo um leque de pequenas e médias indústrias de bens de consumo corrente, em grande parte originário da formação artesanal de muitos imigrantes europeus. [...] Essa burguesia, outrora incipiente e agora ampliada e diversificada, mas ainda centrada principalmente na indústria ervateira, vai lentamente se impondo como força hegemônica no que chamamos de "bloco no poder" paranaense. A partir dos efeitos provocados pela Primeira Guerra Mundial, com o que poderíamos chamar de substituição forçada de importações e o crescimento das exportações, sua acumulação se acelera e serve de base para a consolidação dessa hegemonia. [...] O crescimento das cidades, principalmente Curitiba, e a diversificação da vida urbana, leva ao surgimento e à expansão de uma pequena burguesia, em grande parte formada de imigrantes ou seus descendentes, que inclui comerciantes, principalmente lojistas, bem como pequenos industriais como os já mencionados anteriormente, além de artesãos das mais variadas profissões.

Verifica-se no gráfico da FIGURA 14, o acelerado crescimento que o mercado ervateiro teve durante o período que abrange o último quartel do século XIX até a crise mundial de 1929.

³⁵ Durante todo o ciclo da erva-mate no Paraná, este produto não representou mais que 3% das exportações totais do Brasil. Lembrando que neste período, a economia brasileira tinha característica predominantemente, como primária exportadora. (LINHARES, 1969)

³⁶ Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar fundou, em 1830, a ervateira Guimarães, uma das mais antigas da região. Possuía filiais em Paranaguá, Antonia e São Francisco do sul. Além disso era detentor de sofisticadas técnicas de produção de mate, pois contava com o uso de eletricidade em suas fábricas (CHAVES, 1995).

FIGURA 14 - GRÁFICO DA QUANTIDADE EXPORTADA DE ERVA-MATE PELO BRASIL ENTRE 1875 E 1929



FONTE: ADAPTADO DE ARANHA (1967)

A criação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é sem sombra de dúvidas, um dos maiores legados deixados pelo ciclo da erva-mate. Fundada em 1912, foi criada a princípio para atender aos interesses dessa classe dominante formada no estado paranaense (BERTAGNOLI, 1978). Inclusive, o autor Wachowicz (2006) escreveu um livro sobre o surgimento da UFPR, denominado como “Universidade do Mate”.

Segundo Padis (1981) relata, a economia ervateira no Paraná cresceu até a primeira guerra mundial, e depois começou a decair. Tal fato pode ser explicado pelo desenvolvimento da indústria de congonha no seu principal mercado comprador, a Argentina. Outra causa estava atrelada à baixa produtividade do setor, mesmo com o progresso técnico na cadeia produtiva, não foi suficiente para sanar problemas como a extração da planta, que necessitava ser intervalada em um período de quatro a cinco meses por ano, o que não deixava este produtor em uma situação tão confortável, pois tinha que se dedicar a outra atividade econômica nesse ínterim. O mesmo autor acrescenta que a exaustão das reservas nativas exigia que se incentivasse a formação de novos ervais.

A Argentina desde o final do século XIX era o maior importador de erva-mate paranaense. Em 1884, mais de 62% das exportações de congonha do Paraná tinham como destino a cidade de Buenos Aires, 22,57% e 15,14%, para Montevideu e Valparaíso, respectivamente (LINHARES, 1969, p. 208). Nesse mesmo decênio, os argentinos instalam seus primeiros engenhos de beneficiamento, conseqüentemente diminuem o consumo do mate beneficiado em prol do cancheado, além disso, em 1885, o governo local adotou uma política comercial protecionista³⁷, para reforçar esse movimento industrial. No início da década de 1910, a Argentina ainda continua absorvendo a maior parte das exportações de erva-mate paranaense, conforme apontado por Bertagnolli (1978) na TABELA 5:

TABELA 5 - EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE SEGUNDO O DESTINO (EM KG)

Ano	Argentina	Chile	Uruguai	Total
1912	31.256.215	775.768	12.925.000	44.936.983
1913	31.091.631	409.557	9.417.044	40.918.232

(BERTAGNOLLI, 1978, p. 74)

A partir desse decênio, o Paraná passou a sofrer os efeitos da aceleração de crescimento da indústria ervateira argentina, que se tornava cada vez mais independente. Num intervalo de menos de 30 anos, esse país platino saiu de uma produção anual de 910 mil toneladas de erva mate, em 1910, para um extraordinário resultado de 106,3 milhões de toneladas produzidas, em 1937³⁸.

O mercado da congonha no estado paranaense enfrenta uma profunda crise, na década de 20, primeiramente pela crise de 1929 que as exportações de produtos primários foram amplamente afetadas. Magalhães Filho (1996, p. 9) relata que:

A isso soma-se a entrada em produção dos ervais cultivados na Argentina, que reduzem significativamente a importação de erva cancheada pelo maior mercado do mate brasileiro. Ainda que o beneficiamento do mate seja menos atingido, o comércio exportador o é fortemente. E o que é mais importante, acirram-se os conflitos entre industriais de um lado e produtores e cancheadores do outro, organizando-se estes em cooperativas destinadas à defesa dos preços da matéria-prima, o que inaugura um conflito que, com as conseqüências políticas decorrentes, marcará a economia ervateira pelas décadas seguintes.

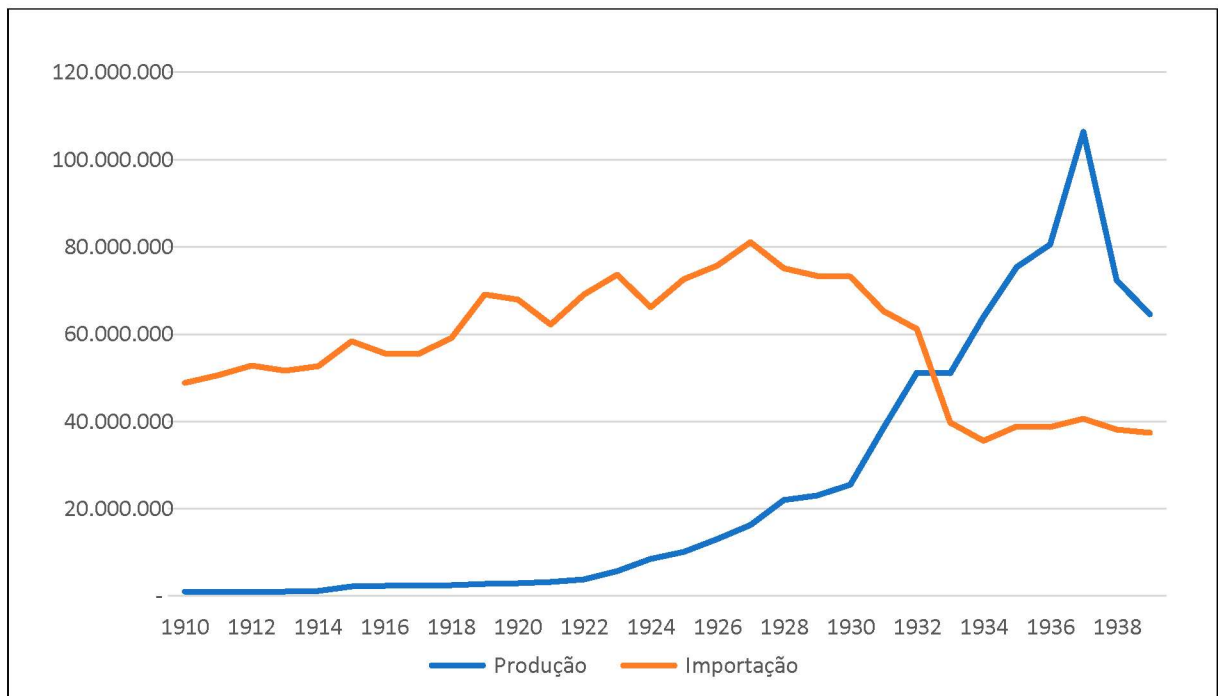
³⁷ "A fim de proteger a indústria local, os direitos de importação que recaíam sobre o mate beneficiado sofreram o acréscimo de 15%, que representava 700 réis a mais em arroba, diferença considerada bastante sensível e desfavorável ao espírito de empresa brasileiro." (LINHARES, 1969, p. 207)

³⁸ Para mais detalhes, consultar a tabela no ANEXO 2.

Observe o crescimento da indústria ervateira argentina entres as décadas de 1910 e 1930, FIGURA 15, e na FIGURA 16 verifica-se que a importação deste produto beneficiado foi totalmente interrompido, aniquilando as chances mercado paranaense se recuperar, pois em 1931, o governo argentino proíbe completamente a importação de mate beneficiado, pois havia excedente em sua economia. Além disso, a política do então presidente Getúlio Vargas passou a fomentar a produção de erva-mate nos estados do sul, baseado na exploração feita por pequenos proprietários, e não por latifundiários monopolistas (PADIS, 1981).

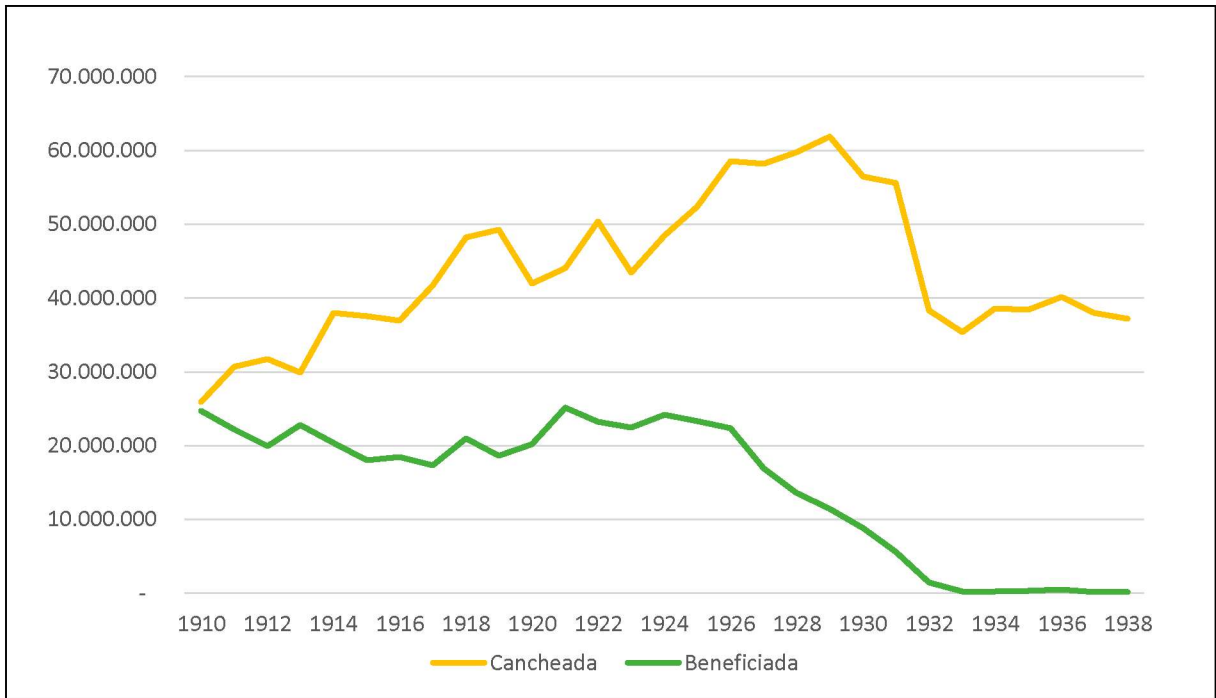
A crise atingia, assim, seu grau máximo. Momentos verdadeiramente angustiosos eram vividos pelos exportadores brasileiros [principalmente] da beneficiada. Completamente desacomodados de qualquer ajuda, alguns deles, em desespero e como para ver se alvorçavam o patriotismo de nossas autoridades, chegaram ao extremo de transferir para Buenos Aires parte de suas instalações fabris. (LINHARES, 1969, p. 358)

FIGURA 15 - GRÁFICO DA QUANTIDADE DE ERVA-MATE PRODUZIDA E IMPORTADA PELA ARGENTINA ENTRE 1910 E 1939 (EM TONELADAS)



FONTE: ADAPTADO DE CONVERSE (1940, p. 34)

FIGURA 16 - GRÁFICO DA QUANTIDADE DE ERVA-MATE CANCHEADA E BENEFICIADA PRODUZIDA PELA ARGENTINA ENTRE 1910 E 1939 (EM TONELADAS)



FONTE: ADAPTADO CONVERSE (1940, p. 34)

O estudo acerca da economia ervateira no Paraná permitiu observar a importância do progresso técnico no seu processo produtivo. A implementação de novas técnicas em solo paranaense foi essencial para que o cenário econômico local se desenvolvesse entre as primeiras décadas dos séculos XIX e XX. O método utilizado até 1820 se dava de forma artesanal, mas com a instalação dos primeiros engenhos de beneficiamento – hidráulicos – no Paraná, inicia-se o primeiro ciclo da erva-mate no estado. Essa inovação propiciou a substituição gradativa da mão-de-obra por maquinários, conseqüentemente aumentando a capacidade produtiva e de competitividade no mercado sul-americano.

O último quartel do século XIX marca o início do segundo ciclo deste produto. O surgimento dos engenhos a vapor impulsionou a indústria ervateira paranaense a se tornar a maior produtora de erva-mate do mundo, abastecendo os principais mercados consumidores (CARNEIRO, 1962)

Este protagonismo perdeu força devido ao desenvolvimento da indústria ervateira na Argentina – no início do século XX – e a alta dependência paranaense deste mercado, fazendo com que esse ciclo de prosperidade se encerrasse no Paraná por volta de 1929. Dessa forma, o ciclo da erva mate se encerra dentro da formação

econômica do Paraná, sendo em seguida substituída pela indústria madeireira e as plantações de café (MAGALHÃES FILHO, 1996).

5 CONCLUSÃO

Neste estudo sobre o desenvolvimento do setor ervateiro no Paraná, é possível observar que a inserção de mecanização – progresso técnico – no processo produtivo, aliada a abundância de recursos naturais na região foram fundamentais para o surgimento desta atividade econômica que predominou por mais de um século. Os ciclos econômicos que antecederam à congonha acabaram não apresentando a mesma dinâmica de crescimento, porém não deixaram de ser importantes para a formação econômica paranaense.

Nas atividades mineira, agropecuarista, tropeira e madeireira que antecederam ou foram contemporâneas ao ciclo da erva-mate no Paraná, observou-se a utilização de técnicas primitivas devido às características comerciais que o sistema colonial português apresentava.

A partir do século XIX, com a chegada da figura empreendedora de Francisco Alzaragay no litoral paranaense, percebe-se que as inovações aplicadas por este empreendedor foram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da economia local, pois estimulou que outros produtores se instalassem na região. Esse acontecimento vai ao encontro com a teoria schumpeteriana, que se baseia no empresário inovador como o agente principal do progresso técnico.

Neste primeiro ciclo da erva-mate que se dá entre 1820 e 1875, nota-se que esse processo marcou o início de uma industrialização na economia paranaense, mesmo que rudimentar, foi possível observar que os moedores de ferro nos engenhos hidráulicos, trituravam mais rápido os insumos, acarretando num aumento da produtividade. É possível observar um aumento de 10 vezes da produção de erva-mate nesse ínterim – baseado no primeiro exercício da tabela de Aranha (1967) e no ano que houve recorde de produção, 1833 e 1872, respectivamente.

O ciclo seguinte que marca o auge e o declínio desta atividade econômica no Paraná, é representado pela implementação dos engenhos a vapor e mais automação do processo produtivo. Esse pioneirismo em progresso técnico – empregado por Barão do Serro Azul e o inventor Francisco Camargo Pinto – foi primordial para que o estado paranaense tivesse vantagens competitivas frente aos produtores de outros estados ou países, conseqüentemente se tornando o principal exportador deste produto. Isto corrobora com o apontamento de Furtado (1978), em que a criatividade humana está correlacionada com o progresso técnico, dessa forma criando

possibilidades de acumulação de capital, crescimento econômico e produtividade. Como foi observado, Ildefonso Pereira e Visconde de Nácar chegaram a atender mais de 75% do mercado consumidor de congonha.

As instabilidades causadas pelo processo de independência nos países da América do Sul e principalmente a Guerra do Paraguai, impactaram diretamente no êxito da economia ervateira paranaense. Assim como, medidas políticas adotadas no final do século XIX e início do XX na Argentina, desmantelaram esta atividade econômica do Paraná.

Apesar dos cuidados metodológicos e esforços empreendidos para assegurar a qualidade e validades das informações, o estudo realizado apresentou limitações quanto às informações de produtividade, dessa maneira, não foi possível realizar um comparativo quantitativo dos níveis de produção a partir das implementações tecnológicas ocorridas no ciclo da erva-mate no Paraná.

Por fim, embora o resultado desta pesquisa tenha evidenciado que o progresso técnico no setor da erva-mate gerou impactos no crescimento e desenvolvimento da economia paranaense, surge como possibilidade de prosseguimento deste trabalho, verificar como isso afetou as finanças paranaense neste mesmo período.

REFERÊNCIAS

- AMAYO, E. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. *Estudos Avançados* 9 (24), Rio de Janeiro, p. 255-268, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200013>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- ARANHA, L. F. de S. O Mercado Ervateiro. 1967. 288p. Dissertação (mestrado em economia) – FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1967.
- ATLAS Histórico Escolar. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar; Ministério da Educação e Cultura, 1977. Escalas variam.
- BANDECCHI, Brasil. História econômica e administrativa do Brasil. São Paulo: Ed. Didática Irradiante S/A, 1970.
- BARROSO, G. O Brasil na lenda e na cartografia antiga. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.
- BARROS, G. Guerra do Rosas: 1851-1852. Fortaleza: SECULT, 2000.
- BERTAGNOLI, L. C. Indústrias de Beneficiamento de Erva-Mate no Estado do Paraná (1890 – 1977). 1978. 330f. Dissertação (mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 1978. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/50058>. Acesso em 23 fev. 2022.
- BOXER, C. R. A idade de ouro no Brasil. São Paulo: CEN, 1969.
- BOWN, S. R. 1494: O Tratado de Tordesilhas. Alfragide: Casa das Letras, 2011.
- BRASIL. Ministério dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatório apresentado a Sua Alteza Real D. Pedro II, Imperador do Brasil, no ano de 1888. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1889
- BRASIL. In: Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- BUENO, B. P. S.; BARRETO A. P.; DIAS, G.S. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 1-87, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e18>. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BUESCU, M. Evolução econômica do Brasil. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1974.
- CARDOZO, R.I. El Guairá, historia de la antigua provincia (1554-1676). Asunción: El Arte S.A, 1970
- CARNEIRO. D. Fasmias Estruturais da Economia do Paraná. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná. 1962.

CARVALHO, P. E. R. Pinheiro-do-paraná. Colombo: Embrapa Florestas-Circular Técnica (INFOTECA-E) , 2002.

CARVALHO, P. E. R. Espécies arbóreas brasileiras. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

CHAVES, M. de L. M. Voltando ao passado: histórico de determinadas indústrias e casas comerciais em Curitiba. Curitiba: Graf, 1995.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 21, n.2, p. 11-45, jul./dez. 2013.

CONVERSE, L. A. Política económica de la yerba mate. 163 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Econômicas) – Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires (CABA), 1940. Disponível em: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/tesis/1501-0203_ConverseL.pdf. Acesso em 10 abr. 2022.

COSTA, O. R. G.. Ação empresarial do Barão do Serro Azul. 1º ed., Curitiba: Grafipar, 1981.

DANIEL, O. Erva-mate: sistema de produção e processamento industrial. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

ECKERT, J. P. O povo dos ervais – entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850- 1890). 2011. 187 f. Dissertação (mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4086>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ELLIS, M. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. v. 1: A época colonial. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14ª ed. São Paulo: Edusp, 2019.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII. 7ª ed São Paulo: Brasiliense, 1991

FRAGA, Constantino C. Resenha histórica do café no Brasil. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-21, 1963.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969

FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. Essencial. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas e sociais de 1550 a 1888. V. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro: Manuais Técnicos de Geociências, 1992

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS (IBF). Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

KROETZ, L. R. As estradas de ferro do Paraná: 1880 – 1940. 1985. 201f. Dissertação (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1985. Disponível em: http://www.motoronline.com.br/apfmf/downloads/as_estradas_de_ferro_do_parana-1880-1940.pdf. Acesso em 17 mar. 2022.

LAWSON, T. The nature of heterodox economics. Cambridge Journal of Economics. Cambridge, v. 30, p. 483-505, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cje/bei093>. Acesso em: 02 abr. 2022.

LINHARES, T. História Econômica do Mate. Rio de Janeiro: José Olympio. 1969.

MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MACEDO, F. R. De A. Conquista pacífica de Guarapuava. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MACHADO, A. Pau Brasil. Disponível em: <https://papodepaisagista.com/pau-brasil-ou-pau-pernambucano-ou-ibirapitanga/#jp-carousel-10857>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MAESTRI, M. Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF, 2010.

MAESTRI, M. Paraguai: A República Camponesa. Porto Alegre: Clube de Autores, 2014

MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. História Econômica. São Paulo: Saraiva, 11ª ed, 1987.

MAGALHÃES FILHO, F. Agentes Sociais no Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.86, p. 3-33, set./dez,1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v6i3.26936>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MAGALHÃES FILHO, F. de Evolução Histórica da Economia Paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 87, 1996. Disponível em:

<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/issue/view/32>. Acesso em: 25 fev. 2022

MAGALHÃES, J. R. O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico: séculos XV e XVI. *Varia História*, Coimbra, v. 25, p. 151-175, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000100008>. Acesso em: 22 mar. 2022

MARTINS, R. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Guaíra, 1937.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I.

MAURO, F. *Nova história e novo mundo*. São Paulo: Perspectivas, 1969.

MINAS JR Consultoria Mineral. Disponível em: www.minasjr.com.br. Acesso em 14 mar. 2022.

MONTE, E. R.; PINHEIRO, M. L. R. O crescimento econômico sob a ótica de Adam Smith. *Revista Direito – Unidavi*, Rio do Sul, 2017. Disponível em: http://siteunidavi.s3.amazonaws.com/revistaDireito/Artigo_Erivoton_Maria+Lenir.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

MORAZÉ, C. *Introduction à l'Histoire Economique*. Paris: Armand Colin, 1943.

MULTIRIO A mídia educativa da cidade. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

O AUXILIADOR da Industria Nacional. *Periódico da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional*. Rio de Janeiro, LIL, n. 1, 1884.

OLIVEIRA, D. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001a.

OLIVEIRA, D. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: Sociedade Amigos do Museu Paranaense, 2017.

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, SP; Curitiba, PR: Hucitec: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1981

PEREIRA, M. R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PICANÇO, J. de L. A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653). *Cartografia Histórica – Tomo II*. Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 203-218. 2011

PINTO, V. N. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII). São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.

PORFÍRIO, F. M.; BLUM, L. F. M.; SILVA, R. S. Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. Revista Pet Economia UFES, Vitória v. 2, n. 1, p. 32-45, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/download/36453/23880/112441>. Acesso em: 18 mar. 2022

PORTO, J. C. O sistema sesmarial no Brasil. Brasília: Editora da UNB, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 46 reimpressão da 1ª ed de 1945; Atualização: 1970: Post-Scriptum: 1976 São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSA, L. Da; SOUZA, T. S. DE. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. História Econômica & História de Empresas, Campinas, v. 22, p. 9-40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29182/hehe.v22i1.530>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RESENDE, R. C. A erva-mate e as transformações socioeconômicas no Paraná. 2006. 43 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2006.

RODRIGUES, L. F. M. Da supressão à “Restauração” (1773-1814): A Companhia de Jesus, entre continuidade e descontinuidade. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, p. 5-11, 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao458.pdf>. Acesso em 12 abr. 2022.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem à Comarca de Curitiba (1820). Vol. 315. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SANTOS, C. R. A. dos. Vida Material Vida Econômica. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).

SCHUMPETER J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Abril S.A., 1997.

SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, R. C. História Econômica do Brasil. 5ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

SIMONSEN, R. C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Editora Nacional e editora da USP, 1973.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SODRÉ, N. W. Brasil: Radiografia de um modelo. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1987.

SOUZA, M. de S. A origem do chimarrão. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, v. 10, p. 32-39, 1969.

STRAFORINI, R.; GARCIA, L. B. dos R.; CASTRO, J. F.M. Tropas e tropeiros em Sorocaba: a importância dos muares na produção de um espaço. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 23(2), p. 7-34, 1998. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14711>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SURRÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/surrao/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. Economia Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2011.

VANALLI, A. C. Análise da Legislação Provincial para a Economia Ervateira (1854 – 1889). 1º ed., Curitiba: Editora Destaque Nacional, 2013.

VARGAS, T. A última viagem do Barão do Serro Azul. Curitiba: Juruá, 2009.

VIANA, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

WACHOWICZ R. C. História do Paraná. 3ª Edição. Curitiba: Editar, 1972.

WACHOWICZ, R. C. Universidade do mate: historia da UFPR. 2. ed. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2006.

WESTPHALEN, C.; BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969.

WESTPHALEN, C. Navios no porto de Paranaguá, nos meados do século XIX. In: DE PAULA, E. S. Portos, rotas e comércio. São Paulo: Anais do V Simpósio Nacional dos professores universitários de história, 1971, p. 451-521.

WESTPHALEN, C. Porto de Paranaguá, um sedutor. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

ZATTI, C. A história do sul na linha do tempo. Curitiba: IHGPR, 2017

ZEMELLA, M. P. Os ciclos do pau-brasil e do açúcar. Revista de História, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 485-494, 1950. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v1i4p485-494>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ZUCCHERELLI, M. A “Rota dos Tropeiros” - Projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná,

Curitiba (PR), 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/15962>. Acesso em 07 mar. 2022.

**ANEXO 1 - VALOR MÉDIO POR TONELADA E QUANTIDADE EXPORTADA DE
ERVA-MATE PELO BRASIL ENTRE 1849 E 1929 (BASE: 1903 a 1912 = 100)**

Anos	Mil réis por tonelada	Quantidade exp em toneladas
49-50	116	5.593
50-51	112	5.098
51-52	122	7.314
52-53	117	4.738
53-54	123	6.937
54-55	144	5.973
55-56	260	6.836
56-57	347	7.604
57-58	349	5.938
58-59	246	7.107
59-60	216	9.802
60-61	211	7.386
61-62	196	7.180
62-63	170	8.886
63-64	143	10.562
64-65	122	7.177
65-66	140	10.524
66-67	175	10.599
67-68	238	13.088
68-69	259	10.299
69-70	295	10.465
70-71	226	16.566
71-72	232	17.389
72-73	214	15.568
73-74	174	13.436
74-75	185	12.322
75-76	173	14.192
74-75	185	12.322
75-76	173	14.192
76-77	166	14.374
77-78	262	12.602
78-79	198	13.722
79-80	179	14.064
80-81	189	14.275
81-82	169	15.953
82-83	166	6.387
83-84	158	5.606
84-85	157	4.342
85-86	150	14.688
86-87	162	20.941
1888	170	21.684

1889	173	23.165
1890	175	24.186
1891	179	24.750
1892	179	25.288
1893	212	16.460
1894	403	24.139
1895	440	23.460
1896	362	27.557
1897	500	29.282
1898	500	29.852
1899	500	30.932
1900	510	33.992
1901	495	39.887
1902	523	41.929
1903	376	36.130
1904	436	44.162
1905	456	41.120
1906	483	57.796
1907	492	52.053
1908	477	55.315
1909	456	58.018
1910	489	59.360
1911	482	61.834
1912	502	62.880
1913	540	65.843
1914	558	59.707
1915	471	76.352
1916	496	76.776
1917	519	65.431
1918	546	72.781
1919	582	90.200
1920	558	90.686
1921	604	71.899
1922	651	82.346
1923	629	87.648
1924	1117	78.648
1925	1547	86.755
1926	1233	92.657
1927	1207	91.092
1928	1303	88.180
1929	1237	85.972

FONTE: ARANHA (1967)

ANEXO 2 - QUANTIDADE DE ERVA-MATE PRODUZIDA E IMPORTADA PELA ARGENTINA ENTRE 1910 E 1939 (EM TONELADAS), POR TIPO CANCHEADA E BENEFICIADA

Ano	Produção	Importação	Cancheada	Beneficiada
1910	910.000	48.824.884	24.950.418	23.874.466
1911	909.083	50.518.065	25.882.420	24.635.645
1912	896.441	52.807.299	30.634.082	22.173.217
1913	980.912	51.613.469	31.682.110	19.931.359
1914	1.174.136	52.670.333	29.894.506	22.775.827
1915	2.160.601	58.282.918	37.981.021	20.301.897
1916	2.228.388	55.508.237	37.522.586	17.985.651
1917	2.477.799	55.352.664	36.923.235	18.429.429
1918	2.500.000	59.015.921	41.681.319	17.334.602
1919	2.700.000	69.084.038	48.165.457	20.918.581
1920	2.900.000	67.810.912	49.258.846	18.552.066
1921	3.100.000	62.116.343	41.934.485	20.181.858
1922	3.700.000	69.105.750	44.000.221	25.105.529
1923	5.600.000	73.526.347	50.348.785	23.177.262
1924	8.500.000	66.059.951	43.403.793	22.386.158
1925	10.000.000	72.552.209	48.423.874	24.126.335
1926	13.000.000	75.639.511	52.325.664	23.313.847
1927	16.200.000	81.032.092	58.512.845	22.339.207
1928	22.000.000	75.046.799	58.181.963	16.864.836
1929	23.000.000	73.259.448	59.737.162	13.522.286
1930	25.446.000	73.202.888	61.831.394	11.371.494
1931	38.506.000	65.204.938	56.422.408	8.781.530
1932	51.135.000	61.144.897	55.531.908	5.612.989
1933	51.027.476	39.696.695	38.267.902	1.428.793
1934	63.874.404	35.516.132	35.299.707	216.426
1935	75.361.699	38.755.205	38.563.019	192.186

1936	80.450.898	38.656.166	38.387.332	268.834
1937	106.330.213	40.587.459	40.147.302	440.157
1938	72.210.667	38.051.738	37.921.735	130.003
1939	64.533.736	37.309.921	37.199.421	123.091

FONTE: CONVERSE (1940)